



Anna Clara Santos Marinho

## **Condições de vida e trabalho das juventudes no Brasil contemporâneo**

Rio de Janeiro

2024

Anna Clara Santos Marinho

**Condições de vida e trabalho das juventudes no Brasil contemporâneo**

Projeto de Monografia apresentado à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Gerência em Saúde.

Orientador(a): Regimarina Soares Reis

Rio de Janeiro

2024

## RESUMO

O objetivo deste TCC é caracterizar as condições de vida e trabalho das juventudes brasileiras em uma sociedade marcada por desigualdades. Para isso foi feita uma pesquisa qualitativa, revisando a literatura, para identificar direitos previstos para os jovens no Brasil; descrever indicadores de saúde, educação, trabalho e renda das juventudes no Brasil; e, a partir disso, identificar as conexões entre gênero, raça, classe, juventudes e trabalho no Brasil. A análise da literatura foi realizada utilizando a revisão documental das seguintes publicações: Estatuto da Juventude Em Revista; Relatório Diagnóstico da Juventude; Síntese de indicadores sociais: Uma Análise das Considerações de Vida da População Brasileira (IBGE); Atlas das Juventudes; e Panorama da Situação de Saúde de Jovens Brasileiros. Para descrever os nexos entre raça, classe, gênero, trabalho e juventude, foram utilizados como referência estudos publicados sobre o tema e textos de obras seminais que contemplem ou sejam compatíveis com os marcos teóricos desses conceitos na concepção do materialismo histórico-dialético. A análise do material buscou responder a seguinte questão: como se caracteriza as condições de vida e trabalho da juventude brasileira na contemporaneidade? Foram elaborados dois capítulos, intitulados 1) Juventude como direito no Brasil; 2) Trabalho e juventude no Brasil: apontamentos sobre raça, classe e gênero. No primeiro capítulo, foram destacados os direitos previstos em lei para os jovens e as contradições de como esses direitos chegam para os jovens, principalmente jovens negros e mulheres. No segundo, foram identificados indicadores que mostraram as discrepâncias e as desigualdades em relação aos jovens, quando se trata da triade raça, classe e gênero, dando ênfase nas contradições e mostrando quais grupos sociais tem acessos aos direitos mencionados no primeiro capítulo e quais grupos não tem, além de conter uma análise histórica que explica o porque dos negros serem discriminados no Brasil e se encontram em situações de vulnerabilidade, sendo os mais afetados negativamente por todas as desigualdades sociais, conforme demonstra os indicadores, também é retratado as distinções sociais por gênero e as diferenças de tratamento para homens e mulheres, dando ênfase nas mulheres negras. Com a realização do trabalho conclui-se que os jovens não são todos iguais, sendo atravessados por vivências e realidades diferentes, desse modo, os determinantes sociais determinarão quais jovens terão direitos a ter uma boa condição de vida, o que faz com que os

negros, que sofrerão e sofrem perseguição, desvalorização e preconceito não se enquadre no perfil que detem dos privilégios, dessa maneira, os mesmos não tem acesso aos direitos da mesma forma que pessoas brancas, que são o grupo privilegiado, fazendo-se assim com que um viva em condições de vida melhores que o outro.

Palavra-chave: Juventudes, Raça, Classe, Gênero e Trabalho.

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA</b>	<b>05</b>
<b>1.1 OBJETIVOS.</b>	<b>14</b>
<b>2 MÉTODOS</b>	<b>15</b>
<b>3 CAPÍTULO 1 - JUVENTUDE COMO DIREITO NO BRASIL</b>	<b>18</b>
<b>4 CAPÍTULO 2 - TRABALHO E JUVENTUDE NO BRASIL: APONTAMENTOS SOBRE RAÇA-CLASSE-GÊNERO</b>	<b>29</b>

### **1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA**

Pesquisas nacionais têm mostrado que o trabalho está entre os principais assuntos que mais mobilizam o interesse dos jovens. O trabalho também é por eles indicado como um dos direitos mais importantes de cidadania, assim como um dos direitos essenciais dos quais deveriam ser detentores (ROCHA, CORONA, 2013, p5).

A juventude, como Moraes, Pinto e Magalhães (2020) destacaram, é constituída por diversas culturas, raças, gêneros e relações pré-estabelecidas pela convivência cotidiana, compreendendo-se assim a existência de diversas juventudes, em vez de uma única juventude.

Assim, cada juventude é atravessada por particularidades, e a vida é experienciada de maneiras diferentes nas diversas condições históricas. Na sociedade capitalista, a cultura e o

ambiente social, ao expressarem as ideologias dominantes que sustentam o modo de produção, desempenham papel determinante nos modos de vida e trabalho verificado entre os jovens no Brasil. Essa determinação social das condições em que os jovens produzem sua existência, é marcada por uma divisão social na qual determinados grupos são mais afetados pela precariedade da vida, - que se manifesta pelo baixo acesso aos direitos sociais, baixo acesso a posições de poder, e é marcada pelo abandono dos estudos em busca de trabalhos que possam prover sua subsistência ou pelo acúmulo exaustivo entre estudos e trabalho. Enquanto isso, outros grupos têm mais vantagens econômicas, educacionais, sanitárias, jurídicas, podendo estudar e vislumbrar ascensão social e melhores condições de vida, diante dos benefícios materiais e simbólicos aos quais estão expostos. É fundamental trazer à tona e fazer estudos sobre esses aspectos das juventudes para enfrentar a normalização e contribuir com a superação das injustiças sociais percebidas.

As raízes desse cenário contemporâneo, marcado por hierarquização e desigualdades, estão na formação da sociedade brasileira. Desde a invasão e a tomada do país como colônia de Portugal as desigualdades sociais e de classe já eram visíveis. Com os genocídios e ocupação dos espaços, que a princípio eram habitados por povos indígenas, houve diversas mudanças, pois a exploração só poderia ser exercida por aqueles que tivessem poder aquisitivo e social. A escravização foi fundamental para o avanço da colonização por parte das nações europeias. Milhares de pessoas negras povoaram a colônia sob exploração e violência, e o fim da escravização só ocorreu por insistências de países de capitalismo central, quando a escravização já não era mais vista com bons olhos pelo mundo. Porém, mesmo com as contribuições para o crescimento do país sustentadas pela população negra, esta não teve seus direitos cidadãos reconhecidos e foram jogados à margem da sociedade, sendo completamente criminalizados e marginalizados. Ao mesmo tempo, foram criados movimentos e políticas onde se buscavam imigrantes europeus para trabalhar dando apoio financeiro, com o intuito de embranquecer o país, enquanto os negros continuavam com o papel de subjugados e mão de obra barata. Desse modo, não se produziu reparação para aqueles submetidos à violência e exploração, conformando as raízes para a marginalização que se percebe até os dias atuais. (IANNI, 1978).

Para o desenvolvimento deste trabalho serão considerados jovens pessoas com idade entre 15 a 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude no Brasil (BRASIL, 2013). Os termos “jovem” e “juventude” serão utilizados como sinônimos.

A fase da juventude é descrita na literatura muitas vezes como o processo de amadurecimento de pessoas consideradas crianças aos chamados jovens. Segundo o projeto "Cadernos da Juventude", do Instituto Jones dos Santos Neves (2016), a juventude trata-se de uma transição que ocorre em várias etapas da vida, seja da saída da infância à maturidade cronologicamente, ou com o início das responsabilidades econômicas e a saída da escola para o mercado de trabalho, formando-se assim os jovens dos quais falaremos neste estudo.

Porém, vale ressaltar que a fase de passagem para a juventude não é algo que ocorre de maneira linear e sucessivas, pois não obedecem um padrão único. E isso ocorre pois os jovens estão acometidos por vivências e realidades diferentes, portanto jovens de baixa renda terão uma juventude diferente de jovens com uma boa renda (ABRAMO, 2016).

Para os jovens de baixa renda o trabalho se torna algo fundamental nessa transição de ser jovem e por conta disso muitos deixam de estudar, e isso torna o trabalho e o estudo dois percursos que se entrecruzam, com movimentos contrários nesse exato período da vida. Por outro lado, jovens de média e alta renda tem uma melhor facilidade em decidir entre o trabalho e o estudo, muitas das vezes estudando em cursos profissionalizantes que os ajudem na área trabalhista (ABRAMO, 2016).

Também vale observar que para se tornarem jovens os mesmos passam por mudanças matéricas, qualitativas, cognitivas, emocionais e psicológicas em diferentes etapas e experiências da fase considerada juventude, e essas experiências ocorrem de maneira diferente em cada jovem de acordo com suas vivências, ambiente, familiares e condições de vida (ABRAMO, 2016).

Entretanto, a juventude não pode ser vista apenas como uma passagem para a fase adulta, a juventude é um momento próprio e super importante para os indivíduos pois é nela que as pessoas

se entendem e amadurecem suas ideias, saberes e dizeres e por isso essa ideia de que a juventude é apenas a passagem para a vida adulta é rasa, pois não reconhece a plenitude e a importância da juventude. (ABRAMO, 2016).

No Brasil, muitos jovens ingressam no mundo do trabalho por conta das necessidades que passam com suas famílias, por estarem expostos a situações de vulnerabilidade ou por quererem independência financeira ou como possibilidade para complementar a renda da casa. Por conta disso, muitos se expõem a trabalhos de alto risco e sem direitos trabalhistas.

Em relação ao trabalho aumenta cada vez mais o número de jovens que ingressam no mercado de trabalho, sendo que a maioria esmagadora no mercado informal, enfrentando problemas como extensas jornadas de trabalho, má remuneração, atividades impróprias à pouca idade, falta de garantia dos direitos trabalhistas, acidentes e doenças por falta de ações preventivas no âmbito da política pública de saúde. Sendo que na busca do primeiro emprego, seja pela necessidade, esses jovens acabam se submetendo a condições precárias de trabalho (ROCHA, CORONA, 2013, p4).

Com o ideário dominante e a pressão pelo “primeiro emprego”, bem como com as condições precárias de vida das famílias, os jovens se veem forçados pela necessidade. Muitos abandonam as escolas e não concluem o ensino fundamental/médio para iniciar alguma atividade que gere rendimento, agravando ainda mais a situação socioeconômica, já que com isso as oportunidades de conseguirem empregos em boas áreas e com boa remuneração são mais baixas.

É possível afirmar, que ainda que o quadro do primeiro emprego mereça atenção, um dos focos centrais da ação das políticas a partir de agora deva levar em conta o fato de que estes jovens estão se lançando cada vez mais novos no mercado de trabalho. E desta forma, se submetem a trabalhos precários, com baixa remuneração e que colocam em risco a sua permanência na escola. E uma vez fora da escola, torna-se mais difícil o seu retorno. O que pode gerar, posteriormente, desafios maiores para conseguir oportunidades de trabalho formalizadas e com melhor remuneração (SOARES; RIZZINI, BUSH, 2010 apud ROCHA; CORONA, 2013, p.4).

Iniciativas governamentais produzem leis e projetos de trabalho seguros para os jovens, com o intuito de reduzir o trabalho informal, e também para que os direitos trabalhistas sejam aplicados. Destes, se destacam o Jovem Aprendiz - que exige a matrícula escolar em uma instituição pública

de jovens entre 15 e 23 anos; Programa Universidade para Todos (PROUNI) – tem como objetivo inserir jovens de 18 a 24 anos em universidades privadas, para bolsas totais ou parciais, a depender do nível de renda; e o Projovem – voltado para jovens que não possuem carteira de trabalho e que finalizaram a 4º série e não concluíram a 8º série. (ROCHA; CORONA, 2013).

Na sociedade capitalista os jovens que se encontram nas classes sociais dominadas passam por situações de dificuldades e vulnerabilidade, fazendo assim com que eles sejam forçados a vender suas forças de trabalho o mais cedo possível. Outra maneira que o capitalismo encontra de atrair esses jovens é investindo em mercadorias voltadas a eles, de modo a criar uma necessidade insaciável de consumo.

Em países ocidentais os ideais capitalistas acompanham o ser humano desde o nascimento até a velhice, uma vez que o modo de produção dita a sociabilidade. Desde a infância somos inseridos na lógica de mercado, tanto pela via da competição, da cobrança por produtividade, e sendo bombardeados muitas das vezes pelas indústrias farmacêuticas e pelo consumismo de brinquedos, roupas, sapatos e eletrônicos, por exemplo. A juventude corresponde a uma fase do ciclo de vida que é uma situação potencialmente aproveitável pelo capital, tanto pela força de trabalho de longa duração, quanto pela via do consumismo.

Quando a interação do homem com a natureza possibilitou o aumento do conhecimento, tanto do próprio ser humano, quanto da natureza, ocorreu uma importante divisão social do trabalho que desencadeará a divisão da sociedade em classes sociais. Essa foi a divisão do trabalho entre trabalho manual e o trabalho intelectual. Quando um grupo, dentro de uma sociedade, domina o conhecimento e usa esse conhecimento como uma dominação política, para fazer com que outro grupo trabalhe, a sociedade passa a ser dividida em classes sociais distintas (MANZANO, 2013, p 14/15).

A disputa ideológica criada para que as classes dominadas permaneçam em estado de dominação é o que mantém esse sistema de divisão de classes funcionando. A classe subjugada se encontra em situação de vulnerabilidade financeira, alimentar, residencial, na segurança fornecida pelo estado, em seus empregos informais, entre outros. E os jovens, filhos dessa classe

trabalhadora, também são afetados por esse sistema, passando por todas essas necessidades e buscando uma suposta solução no mercado de trabalho, e se tornando assim um dos principais alvos e ativos do mercado capitalista.

Porém, mesmo sobrevivendo dessa maneira, a classe trabalhadora está permanente exposta à alienação produzida por ideologias burguesas, culminando em uma certa inércia diante da exploração. O ideário neoliberal é aplicado pela classe dominante nas diversas frentes de vida em sociedade, na arte, cultura, trabalho, lazer, etc.

Dissemina-se a ideia de que todos podem alcançar um status de poder, basta trabalhar muito para conseguir. Com isso, os trabalhadores vendem suas forças de trabalho e disputam entre si para dar o máximo em seus empregos em troca de conseguirem cargos considerados "altos", enriquecendo ainda mais os empresários que são os maiores beneficiários desses esforços. Isso tudo se orienta pelos princípios do neoliberalismo, que se utiliza da meritocracia como instrumento de dominação.

A meritocracia está centrada na afirmação de que todo ser humano tem os mesmos direitos e oportunidades, então, basta se esforçar o máximo possível para sair da classe dominada até alcançar a classe dominante, e com isso grande parte da classe trabalhadora impulsionada por essas convicções não enxerga e não aceita outras maneiras de organização e práticas sociais (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020).

Entre os jovens a propagação dessa perspectiva meritocrática é mais presente na condição juvenil contemporânea, pois eles trabalham em empregos informais precarizados, tais como nas plataformas ifood, uber, 99, etc, com a ideia de autonomia, e de que "são seus próprios chefes", quando na verdade só estão sendo explorados por grandes corporativas, e não possuem nenhum direito trabalhista, tendo assim um papel de "subproduto" na sociedade capitalista. Essas ideias neoliberais implementadas pela burguesia fazem com que as classes subjugadas se contentem em permanecer onde estão, e vendam ainda mais sua força de trabalho, assim os enriquecendo ainda mais (PRADO; SILVA; SILVESTRINI, 2020).

Nos dias atuais, é pela via do emprego que o capitalismo escraviza as pessoas de maneira camuflada, sem ter leis ou algo que diga com todas as palavras que a classe subalterna é escravizada das classes dominantes, mesmo assim é possível perceber as semelhanças com a escravidão. “No capitalismo a escravidão não é tão aparente pelo fato de ela não ser política ou então jurídica” (FILOSOFIA VERMELHA, 2022, n/p).

Nesse contexto, o Estado, com uma dualidade de imagem, age a favor do capitalismo, fazendo reformas anti trabalhistas e privatizando a força de trabalho, além de contribuir para que os ideários neoliberais sejam introduzidos de maneira positiva na sociedade Brasileira; ao mesmo tempo que age “a favor” do povo criando serviços sociais voltados para população em situação de pobreza com o intuito de aumentar seus poderes de compra, enriquecendo ainda mais as empresas que necessitam desses indivíduos para o crescimento do seu capital (MORAES; PINTO; MAGALHÃES, 2020).

Essa atuação ambígua do Estado favorece as condições para a reprodução do capitalismo. E, ao mesmo tempo, tenta minimizar seus efeitos por meio de políticas compensatórias (insuficientes), que ocorrem em um contexto em que raça, classe e gênero moldam a estrutura da sociedade. Estes são elementos essenciais na explicação das condições de vida e trabalho no Brasil e, portanto, fundamentais para a compreensão das relações entre trabalho e juventude no país.

O termo interseccionalidade foi criado para investigar como as relações interseccionais de poder influenciam socialmente em sociedades atravessadas pela diversidade, assim como em experiências individuais do cotidiano. Com isso a interseccionalidade analisa as categorias classe, faixa etária, capacidade, gênero, raça, etnia, nacionalidade, entre outras, como algo interligado, não hierarquizado, e que se formam e interagem mutuamente. A Partir do século XXI, esse termo passou a ser usado por militantes de políticas públicas, academias e acadêmicos, ativistas, entre outros profissionais de diversas áreas, tendo sido cunhado pela jurista Kimberlé Crenshaw. Até nos dias atuais figuras públicas utilizam desse termo em projetos políticos e intelectuais (COLLINS, BILGE, 2021). Existem avanços reconhecidos e críticas a essa abordagem, e também existem outras linhas teóricas que tratam sobre as questões de raça, classe e gênero, sendo a

interseccionalidade aquela que predomina no debate público e institucional. Este TCC não se aprofundará no debate sobre interseccionalidade e nas outras abordagens teóricas sobre a relação entre raça, classe e gênero, pois seria necessária maior possibilidade de apropriação do debate e de leituras para o amadurecimento do entendimento dessa questão complexa. Para os limites deste trabalho, escolhemos que o fundamental é a compreensão de que raça, classe e gênero são inseparáveis, e isso deve servir para qualquer análise da realidade social. Segundo Angela Davis “É preciso compreender que classe informa a raça. Mas raça, também, informa a classe. E gênero informa a classe. Raça é a maneira como a classe é vivida. Da mesma forma que gênero é a maneira como a raça é vivida”.

Quando observamos a realidade concreta, vemos que enquanto a classe dominante tem acesso aos melhores colégios e meios de ensino de qualidade, a classe subjugada é apresentada a um ensino muitas vezes precário, e que não é concluído por grande parte dos jovens, seja pela entrada precoce no mercado de trabalho, pela entrada maternidade precoce ou pela dificuldade em acessar as redes de ensino. No Brasil, o número de mulheres jovens desempregadas é muito maior que o número de homens, principalmente de mulheres negras, e muita das vezes isso acontece pois as mulheres são associadas a trabalhos tidos como femininos, tais como cuidar da casa, fazer comida, maternidade, cuidar dos irmãos pequenos etc, enquanto os homens são associados a trabalhos apresentados como masculinos, que possuem maior reconhecimento social e remuneração. Com isso, há um ingresso e permanência facilitados no mercado de trabalho, já que cabe às mulheres as tarefas necessárias de reprodução social (NUNES; SALVARO; RABELO, 2020).

Considerando o cenário exposto, este trabalho aborda um problema que atravessa estruturalmente a sociedade brasileira, pois trata como a maioria da população, - que se encontra na classe social explorada -, tem que vender sua força de trabalho para as classes dominantes e, mesmo assim, não apreende a totalidade do seu trabalho e nem usufrui dos produtos que produz. A discussão será concentrada na particularidade da experiência dos jovens brasileiros na contemporaneidade, que em sua maioria não acessa plenamente os correios sociais e também são

submetidos a trabalhos precarizados, tanto por estarem expostos a situações de vulnerabilidade social, quanto porque esses são os trabalhos majoritariamente disponíveis. Tendo que providenciar sua subsistência e ajudar suas famílias a sobreviver, é esse o que tem sido o caminho observado dos jovens no mundo do trabalho no Brasil. Por isso, com esse trabalho é importante conhecer condições de vida dos jovens no Brasil na atualidade, para desfazer falseamentos de interpretação da realidade que vivemos.

As condições de vida são um conceito amplo e complexo, que está diretamente ligado ao trabalho, portanto para se ter uma boa qualidade e condições de vida temos que ter acesso aos bens de consumo coletivo, como moradia, saúde, educação, lazer, transporte entre outros, que só podem ser alcançadas por meio do trabalho, o que faz com que as condições de trabalho e as condições de vida se torne um conjunto articulado que não dá para diferenciar. Diferente do conceito de qualidade de vida, a expressão ‘condições de vida’ leva em conta as contradições e assimetrias de poder ligadas às possibilidade de acesso, por meio do trabalho, aos bens de consumo coletivo (Scopinho, 2009). Para operacionalizar este trabalho as condições de vida serão explicadas a partir de alguns indicadores selecionados, relacionados com os direitos assegurados (acessados ou não) às juventudes no país.

O interesse pelo tema surgiu quando percebi a pressão que me impuseram para estudar para conseguir um bom emprego, e quando vi amigos meus abandonando os estudos para trabalhar e ajudar a família ou ter condições de comprar as coisas que desejavam. Com isso, percebi que o trabalho em sua essência e aparência na sociedade capitalista é compreendido de modo contraditório e equivocado. Tal é a contradição que, ter um bom ensino não é garantia de emprego na sociedade capitalista, principalmente em um país de capitalismo dependente, que não está no centro do poder, pois na sociabilidade capitalista apenas algumas pessoas têm oportunidades de ter uma “vida digna”. Depois de perceber essas questões resolvi retratar como as relações capitalistas atravessam as condições de vida e trabalho das juventudes no Brasil, seja politicamente, culturalmente e intelectualmente, nos capturando para que acreditemos que esse sistema é o ideal, é o melhor para todos, manipulando as classes subalternas para que elas permaneçam dominadas.

## **1.1 OBJETIVOS**

### **1.1.1 Objetivo geral**

Caracterizar condições de vida e trabalho da juventude brasileira na contemporaneidade.

### **1.1.2 Objetivos específicos**

- Descrever indicadores de saúde, educação, trabalho, renda e justiça das juventudes no Brasil.
- Identificar as conexões entre gênero, raça, classe, juventudes e trabalho no Brasil.

## 2 MÉTODOS

O projeto está baseado na abordagem qualitativa, utilizando a revisão documental dos seguintes materiais publicados nos últimos cinco anos (2020 - 2023):

- Estatuto da Juventude Em Revista, 2020 - Jayana Nicaretta da Silva
- Relatório Diagnóstico da Juventude, 2022 - Andrezza Rosalém Vieira, Giovanna Lima, Samuel Franco
- Síntese de indicadores sociais: Uma Análise das Considerações de Vida da População Brasileira (IBGE), 2023 - Cristiane dos Santos Moutinho
- Atlas das juventudes, 2021. Marcus Barão, Mariana Resegue, Ricardo Leal.
- Panorama da Situação de Saúde de Jovens Brasileiros, 2022. Bianca Leandro, André Sobrinho, Helena Abramo.

A partir destas publicações foram selecionados os seguintes indicadores sociais para representação das condições de vida e trabalho da juventude no Brasil:

Trabalho e Renda:

Taxa de desocupação por cor ou raça, segundo os nível de instrução;

Proporção de pessoas em ocupações informais, por cor ou raça;

Segurança pública e acesso à justiça:

Percentual de vítimas de estupro e estupro de vulnerável por faixa etária;

Vítimas de feminicídio e mais mortes violentas intencionais de mulheres, por faixa etária;

Taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por cor e raça;

Educação:

Taxa de conclusão do ensino médio;

Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao ensino médio completo que não frequentam a escola, entre outros cursos, por sexo e o principal motivo por não frequentarem;

Saúde:

Nível de atendimento individual de pessoas de 15 a 29 anos de idade na rede de atenção primária à saúde;

Percentual de jovens de 16 a 17 anos com alguma instabilidade emocional ou psicológica, por sexo;

Moradia:

Percentual de municípios com moradias irregulares;

Proporção da população residindo em domicílios próprios sem documentação da propriedade;

A fim de descrever os nexos entre raça, classe, gênero, neste trabalho foram utilizados como referência estudos publicados sobre o tema, e textos das obras seminais abaixo:

•História do Negro Brasileiro, 1992 - Clóvis Moura;

- Escravidão e Racismo, 1978 - Octavio Ianni;
- Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira, 1984 - Lélia Gonzalez;
- Mulheres, Raça e Classe, 1944 - Angela Davis.

A análise dos materiais buscou responder a seguinte questão geral: como se caracteriza as condições de vida e trabalho da juventude brasileira na contemporaneidade?

Para isso, o trabalho foi organizado em dois capítulos:

Capítulo 1 - Juventude como direito no Brasil

Capítulo 2 - Trabalho e juventude no Brasil: apontamentos sobre raça, classe e gênero.

## **Capítulo 1 - Juventude como direito no Brasil**

No Brasil, há milhares de jovens com realidades e vivências diferentes em busca de autonomia e inserção social. Contudo, cada jovem tem suas manias, modo de pensar, sonhos e particularidades moldadas a partir de marcadores sociais que os influenciam. Nesse sentido, classe social, gênero, raça, etnia, local de moradia, sexualidade e ser uma pessoa com deficiência influenciam diretamente nas experiências de ser jovem, como dito por Leandro, Sobrinho e Abramo no Panorama da Situação de Saúde de Jovens Brasileiros (2022). Diante dessa diversidade e das desigualdades, o termo ‘juventude’ não daria conta de contemplar as diversas experiências em ser jovem no Brasil.

São considerados jovens pessoas entre 15 a 29 anos de acordo com o Estatuto da Juventude (2013). Esses, por sua vez, fazem parte de  $\frac{1}{4}$  da população brasileira, formando quase 50 milhões de pessoas, segundo o Atlas das juventudes (2021). Em termos de distribuição, a região Norte é composta por capitais que concentram as maiores taxas de juventude, já as regiões Sul e Sudeste concentram as menores. Enquanto nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Bahia e Ceará a maioria dos jovens se encontram nas periferias metropolitanas, na Paraíba, Pernambuco, Pará, Bahia e Rio de Janeiro essas juventudes estão em menor número na capital, em relação ao estado no geral; e no Paraná, Pernambuco, e Pará as taxas de juventudes se encontram em sua maioria em áreas não metropolitanas. Já em São Paulo, esses adolescentes estão mais concentrados na capital, de acordo com Neri (2019).

A pesquisa PNAD Contínua de 2021 aponta quem negros (pretos e pardos) são a maior parte da população jovem no Brasil, sendo 24,2 milhões de pessoas pardas, 19,2 de pessoas brancas, 5,2 de

peessoas pretas, e amarelas ou indígenas 1,1% da população jovem (VIEIRA, LIMA, FRANCO, 2022).

Porém, mesmo que a população de jovens negros seja a maioria, essa proporção não se reflete no alcance e realização dos direitos. Estão presentes desigualdades por cor/raça em diversas dimensões, apontando para ampla exposição a situações de vulnerabilidade social, escolar, trabalhista, de renda e segurança pública, segundo Barão, Resegue e Leal no Atlas das juventudes (2021).

Em relação à distribuição de gênero entre os jovens, enquanto os homens na faixa etária de 15 a 24 anos são maioria, as mulheres lideram as faixas etárias a partir dos 25 anos. Isso se dá pois a mortalidade masculina é 3,5 vezes maior que a feminina, segundo o Atlas das Juventudes (2021).

O cenário das juventudes no Brasil é desafiador, violento e organizado pela exclusão e violação de direitos, o que determina obstáculos para o desenvolvimento das juventudes em suas particularidades, subjetividades, como coletividade, em uma sociedade que entende essa fase da vida como momento estratégico para a organização da vida de sujeitos e da força de trabalho disponível. De modo que quando se protege os direitos dos jovens há uma maior chance e potencial de que isso ocorra para toda a sociedade.

Mesmo com todas as diversidades e urgências para determinados grupos das juventudes, é como se não houvesse nenhum tipo de proteção legal. Existem direitos que devem garantir uma boa qualidade de vida para esses indivíduos, princípios e diretrizes de políticas públicas voltadas a eles. Desde 1990 há uma discussão política e social sobre os direitos dos jovens, porém foi em 2013 que o Estatuto da Juventude surgiu com leis voltadas a esses direitos e com políticas públicas para que essas leis sejam cumpridas, além de demarcar a contribuição social e familiar para o seu cumprimento como dito no Estatuto da Juventude Em Revista (2020). Entre esses direitos, são de relevância central para este trabalho, os que estão voltados para a educação; cidadania; profissionalização ao trabalho e a renda; diversidade e igualdade; saúde, segurança pública e a justiça. A seguir eles são destacados, segundo a previsão no Estatuto da Juventude Em Revista (2020).

A cidadania é um dos direitos que permite a participação e a voz ativa dos jovens na sociedade e no cenário político, dessa maneira os jovens podem lutar pelos seus direitos e defendê-los, além de buscar melhorias para os mesmos. Eles podem fazer isso por meio de associações, movimentos, redes e organizações juvenis.

O direito à educação deve ser oferecido a todos os jovens, independente da capacidade de pagamento, e deve ser de qualidade, devendo as instituições de ensino atender suas especificidades. É direito de jovens com qualquer tipo de deficiência atendimento escolar especializado em suas necessidades, sejam elas quais forem; para jovens indígenas e de comunidades tradicionais devem ser assegurado o uso de suas línguas maternas; e no caso de jovens adultos que não concluíram o ensino básico, o Estado tem a obrigação de oferecer programas de ensino que sejam adequados às suas necessidades. No caso de acesso ao ensino superior os jovens também têm direito e, para garantir esses direitos, o Estado tem escolhido como resposta a ampliação da oferta de educação, seja no setor público ou no setor privado, oferecendo bolsas de estudo, além de financiamento estudantil.

Profissionalização, trabalho e renda também são direitos fundamentais para os jovens. Para que esses direitos sejam adquiridos é essencial que estejam em um ambiente com liberdade, segurança, remuneração justa e equidade. Para a realização desses direitos são adotadas medidas que garantam uma jornada de trabalho especialmente voltada aos jovens, que oferece a condição de integração com o ensino para aqueles que desejam trabalhar e estudar. Também é prevista a criação de linha de crédito especial voltada aos jovens empreendedores. Segurança no ambiente de trabalho é um direito de responsabilidade do Estado que deve prevenir a exploração trabalhistas e trabalhos precarizados, além de adotar políticas públicas voltadas ao estágio e à aprendizagem. Aos jovens que trabalham no ramo rural é oferecido apoio como medidas que estimulam os empreendimentos familiares, formação de corporativas, programas favoráveis ao acesso de crédito, terra e assistência técnica rural. A juventude com deficiências também tem direitos a trabalhos que adote a estimulação de qualificação profissional inclusiva, também são adotadas medidas especiais

de jornada de trabalho que estimula a ingressam no mercado de trabalho por meio do programa Jovem Aprendiz.

É o Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990), que rege o direito à profissionalização e à proteção no trabalho dos jovens entre 15 e 18 anos de idade (Estatuto da Juventude em Revista,2020. p.21).

Com isso, a lei do estatuto da juventude só garante proteção trabalhista até os 18 anos, deixando os jovens de 19 a 29 anos mais expostos a empregos precarizados que prejudiquem tanto sua saúde física quanto emocional. Segundo Helena Abramo (2024) as políticas de trabalho específicas para os jovens são escassas e além disso eles vivem em uma realidade de precarização, pressão e assédio, sem qualquer proteção social.

O mercado de trabalho enxerga os jovens como alguém em formação com poucas experiências e por conta disso os coloca em empregos menos qualificados e com baixa remuneração, justificando suas ações na pouca experiência desses jovens, por fim os jovens são vistos como força de trabalho de segunda categoria (ABRAMO, 2024).

Direito à diversidade e igualdade é um direito de extrema importância para a juventude, pois são deles que vem a garantia de oportunidades igualitárias e a não discriminação pela etnia, idade, sexo, raça, orientação sexual, religião, deficiência, condições econômicas, opinião e economia. Para o cumprimento desses direitos são adotadas medidas protetivas com ações do poder público, afim de garantir a igualdade de direitos e promover a inclusão de temas que discutem sobre os mesmos, além da capacitação de professores da rede de ensino fundamental e médio para o enfrentamento das formas de discriminação.

A juventude tem direito à saúde e à qualidade de vida. Considerando suas vivências e a demanda de especificações que eles procuram nas instituições de saúde, foram criados programas voltados à juventude, como acesso ao Sistema Único de Saúde (SUS) com serviços humanizados que os respeitam. Além disso, também foram criadas maneiras de prevenção ao uso de drogas como álcool, tabaco entre outras, nas redes de ensino fundamental e médio, em seus projetos

pedagógicos. Também foram habilitados profissionais da saúde, professores e profissionais de assistência social para que pudessem identificar esses problemas com drogas nos jovens para que os encaminhassem para serviços de saúde e de assistência voltados a eles. Prevenção sexual também é de direito dos jovens e para isso devem ser incluídos na grade de ensino, temas relativos à saúde sexual e reprodutiva, com ênfase nos gêneros e nos direitos reprodutivos e sexuais, capacitando os profissionais para que possam lidar com temas relativos à saúde sexual e reprodutiva dos jovens, além do reconhecimento de como uma gravidez na adolescência, planejada ou não, impacta nos meios sociológicos, econômicos, psicológico e médicos dos jovens.

Porém não podemos deixar de perceber que quando se trata da saúde dos jovens a tríade sexo, drogas e gravidez indesejada são as mais discutidas, mas não são as únicas necessidades dos jovens. No livro *Jovens e Saúde Revelações da Pandemia no Brasil (2022)*, se fala do documento *Proteção e Recuperação da Saúde*, esse documento serviu de base para a formulação da Política Nacional de Atenção Integrada à Saúde de Adolescentes e jovens, entretanto os saberes centrais desse documento como participação juvenil, equidade, gênero, ética e cidadania, cultura de paz, direitos sexuais e reprodutivos, projeto de vida e igualdade racial nunca foram implementados pela Política do Estado. Com isso, quando se fala de saúde dos jovens não encontramos equidade, igualdade e respeito, pois os dizeres desse documento não foram vistos como algo que merecesse ser levado em consideração e pautado na construção das Políticas Públicas de saúde dos jovens, e isso possibilita que a violência sofrida pela população negra não seja uma das pautas de saúde, que a violência sexual contra os jovens não seja uma das pautas principais de saúde juvenil e que a saúde mental dos jovens também não seja tão discutida quando se fala da saúde dos jovens.

Por fim, o direito à segurança pública e ao acesso à justiça, todos os jovens têm o direito de viverem em um ambiente que garanta a sua integridade física e mental, sem violência e seguro. Além disso, deve-se assegurar a igualdade de oportunidades e um fácil acesso para seu aperfeiçoamento intelectual, social e cultural. Para que esses direitos sejam cumpridos, os entes federativos devem integrar-se com as demais políticas voltadas à juventude e promover o enfrentamento contra a violência. Além da promoção de estudos e pesquisas voltados a produção

de informações e estatísticas que possam contribuir com as ações de segurança pública, validando os impactos causados pelas políticas públicas e suas consequências e a frequência que acontecem violências contra os jovens. Também é de extrema importância a priorização de ações voltadas a jovens em situação de vulnerabilidade social, aos que estão inseridos no sistemas penitenciários e em situação de risco, e direito ao acesso efetivo à defensoria pública considerando as especificidades dos jovens. Promoção dos jovens com deficiência na justiça, além da garantia de igualdade com as demais pessoas, até mesmo adaptações processuais equivalente a cada faixa etária.

Mesmo esses direitos estando previstos por lei há mais de dez anos, o que se observa é que eles não são concretizados. Jovens negros, que representam a maioria dos jovens, com cerca de 31 milhões de pessoas, estão em constante desigualdade social (IBGE, 2012).

As desigualdades étnico-raciais têm origens históricas e são persistentes na sociedade brasileira. A juventude de cor/raça negra, composta pelos autodeclarados pretos e pardos, conforme a classificação do IBGE, enfrenta as consequências severas dessas desigualdades em relação à juventude branca (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021. p 18).

Não há uma juventude no Brasil, e sim juventudes. A uma diversidade enorme no país, seja por etnia, sexo, orientação sexual e classe sociais, porém mesmo com essa diversidade é um direito da juventude igualdade para além dessa diversidade. Apesar disso há muita desigualdade e preconceitos, seja no ambiente trabalhista, estudantil, jurídico etc.

Dados do IBGE (2022) apontam que mulheres têm mais dificuldade de se inserirem no mercado de trabalho em relação aos homens. No ano de 2022 o nível de ocupação das mulheres era de 46,3%, enquanto os dos homens eram de 66,3%. Além disso, também foram analisadas as diferenças por cor/raça, e o que se verifica é a desigualdade de rendimento. Em 2022, segundo o IBGE (2022), a população branca recebia um rendimento-hora maior que a de pretos e pardos em qualquer nível de instrução, com maior diferença na categoria Superior completo, de 35,30 contra 25,70, uma diferença de 61,4%.

Na educação, segundo o Atlas da juventude (2021), dentre os jovens pretos e pardos de 15 anos ou mais, 8,9% são analfabetos, enquanto para jovens brancos essa taxa é de 3,6%, mais que o dobro de diferença. Em relação a conclusão da educação básica, cerca de 20,2% dos jovens não concluíram em 2019 algumas das etapas, e desse total 71,7% eram pretos e pardos. Os indicadores também mostram que as mulheres estão em vantagem em relação aos homens ao concluírem o ensino médio, principalmente as brancas, com 81,6%, e 67,6% para mulheres pretas e pardas.

No período da pandemia de Covid-19, de acordo com a pesquisa Visível e invisível: a vitimização de mulheres no Brasil, realizada em 2021 pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública e pelo Datafolha, cerca de 17 milhões de mulheres acima de 16 anos afirmaram sofrer violência e agressões. Grupos LGBTQIA+ também sofrem com diversas violências, o Relatório Diagnóstico da Juventude (2021) constatou que entre o ano de 2015 a 2017 houve 24.654 de casos registrados de violências e, desses números, 24,4% eram de adolescentes e entre todas as faixas etárias a maioria eram de pessoas negras. Além disso, o número de violências cometidas contra as pessoas negras em relação aos brancos é alarmante também. Segundo o IBGE (2019), as taxas de homicídio para jovens negros foram de 43,4 a cada 100 mil habitantes, enquanto para brancos foram de 16,0, em 2017. Com isso, pessoas negras tinham 2,7 mais chances de sofrer homicídio, em comparação aos jovens brancos, de acordo com o Relatório Diagnóstico Juventude (2022).

Esses dados só mostram as diversas juventudes existentes no Brasil e como o cumprimento dos direitos estabelecidos no Estatuto da Juventude são diferentes para cada um desses grupos.

Na educação, podemos perceber a não realização desses direitos, como já visto. De acordo com os dados da PNAD (2019), cerca de 6,6% de adolescentes, de 15 anos ou mais, são analfabetos, mostrando uma falha exorbitante do Estado com esses adolescentes que não têm acesso à educação.

Além do analfabetismo, também é uma preocupação as taxas de abandono escolar, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Na região Nordeste houve um abandono escolar de 12,5% no ensino médio no período de 2012, porém houve uma diminuição nos anos seguintes, chegando a 5,2% em 2019, segundo o Relatório Diagnóstico da Juventude.

Segundo resultados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2013, apenas 60% dos jovens que se declararam negros concluíram o Ensino Fundamental com 16 anos, enquanto os jovens que se declararam brancos e concluíram com a mesma idade foram de 81%; para a conclusão do Ensino Médio até os 19 anos, 65% dos que se auto declararam brancos concluíram, enquanto para os que se auto declararam negros, esse percentual foi de 32,4%. Esses dados só reforçam a desigualdade racial que está escancarada para toda a população ver, e que se expressam de forma voraz também na população jovem, perpetuando condições desiguais de vida e trabalho para a população negra no país (MORAES; PINTO; MAGALHÃES, 2020).

Por não concluírem o ensino por diversos motivos, muitos jovens recorrem à EJA (educação de jovens e adultos), uma iniciativa governamental para a inclusão desses jovens na educação, a fim de garantir seus direitos. Aproximadamente 1,8 milhão de jovens entre 15 a 29 anos estavam matriculados no EJA em 2018. No ano de 2020 os jovens presentes na faixa etária de 20 a 24 anos tinham os maiores números de matrículas (598.365), e a faixa etária que menos apresentou número de matrículas entre os jovens foi a de 25 a 29 anos, com 296.620 registros, segundo o Relatório Diagnóstico Juventude (2022).

A importância da EJA para a retomada dos estudos é indiscutível, principalmente em relação aos adultos. A questão é que quando o jovem, em faixa etária escolar, migra ou volta para essa modalidade, pode significar problemas anteriores: a reprovação, o abandono e a evasão são alguns exemplos (Relatório Diagnóstico da Juventude, 2022. p.89).

No trabalho, de acordo com o Atlas da Juventude, 2 de cada 5 jovens em idade para trabalhar estão desempregados ou em empregos que não os pagam bem o suficiente para superar a pobreza. Os jovens brasileiros de 18 a 24 anos enfrentaram uma taxa de desemprego de 27,1% no primeiro trimestre de 2020. Segundo a UNFPA (2020) os jovens estão expostos a trabalhos precários e com vínculos temporários.

Mesmo o direito a empregos formais, que permitam o estudo e que tenham uma boa remuneração isso não é garantido para todos os jovens a desigualdade regional, de raça, sexo e escolaridade também influencia na renda dos jovens brasileiros

Grupos tradicionalmente excluídos, como pessoas negras, moradores das regiões Norte e Nordeste e pessoas analfabetas, apresentaram reduções de renda pelo menos duas vezes maiores que a média geral, entre 2014 e 2019. De acordo com a etapa de análise de dados do Atlas, a perda de renda observada foi cinco vezes maior entre jovens de 20 a 24 anos e sete vezes maior entre os jovens de 15 a 20 (ATLAS DAS JUVENTUDES, 2021, p.113 ).

De acordo com o IBGE, em 2020 jovens de 14 a 29 anos desempregados no país somavam 6,7 milhões de pessoas e, dessas, 4,36 milhões eram jovens negros. Para as mulheres, segundo o Relatório Diagnóstico da Juventude (2022) , mesmo que elas possuam um nível de escolaridade superior aos homens, elas seguem recebendo menos, além de, na taxa de participação, terem 53,7%, enquanto os homens têm 72,5%.

Quando jovens mulheres iniciam-se em um mercado de trabalho desassociado de questões consideradas femininas, tende-se a perceber uma desigualdade de gênero disfarçada de meritocracia. Por conta disso, mesmo sendo visível que o número de homens que ocupam cargos de autoridade sejam maiores comparados aos das mulheres, existe essa narrativa de que todos são iguais, e que o esforço masculino possibilitou esse maior índice. Outro fato importante a ser mencionado nessa discussão sobre gênero é como a maternidade precoce das jovens de classes mais vulnerabilizadas tem influência no abandono aos estudos e a associação a empregos informais e precários sem direitos trabalhistas as prejudicado ainda mais (NUNES; SALVARO; RABELO, 2020).

A saúde no Brasil é pública e gratuita, garantida por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), porém, mesmo sendo universal, público e gratuito, ele não abrange toda sua população. Os jovens entre 18 a 29 anos de idade foram os que menos se consultaram com médicos entre 2014 a 2020, de acordo com o Relatório Diagnóstico da Juventude (2020). Um dos fatores de risco para a saúde dos adolescentes são as drogas lícitas ou com baixa regulamentação e fiscalização. Segundo o IBGE (2021), 22% dos jovens de 16 a 17 anos fizeram uso do cigarro eletrônico, e esses números equivalem a 1 milhão de adolescentes nessa idade. Além do cigarro eletrônico, também há o uso do narguilé, que é três vezes maior, sendo 33,6% - aproximadamente 1,5 milhão de adolescentes. Com as bebidas alcoólicas a situação não é tão distinta, o consumo delas é responsável por 3 milhões de mortes por ano, além de ser um dos motivos presentes em situações de violências,

agressões e acidentes. Segundo o IBGE (2020), em 2019, 38,9% dos jovens entre 16 e 17 anos consumiram bebidas alcoólicas. Ainda, na saúde mental, a Organização Mundial da Saúde (OMS) aponta que entre 10 a 19 anos uma a cada sete pessoas enfrentam problemas relacionados à saúde mental.

O uso dessas drogas ilícitas não podem ser vistas como um problema individual dos jovens, o processo saúde-doença segundo Leandro (2022) é atravessado por diversos níveis seja celular, molecular, individual, global, grupos sociais e sociedade, e esses por sua vez estão em constante interação e diálogo, O que implica na vida individual, coletiva e populacional. Por conta disso, a compreensão do processo saúde-doença pela ótica da determinação social é de extrema importância, pois a saúde-doença é um aspecto humano que está diretamente relacionada às condições de vida das pessoas e dos grupos sociais. Esse processo ocorre ao longo da vida e pode ser influenciado pela lógica das produções econômicas, históricas, culturais, biológicas e sociais, e é analisado pela forma que se entende a saúde e a doença de modo científico e pelo conceito social humano.

Dessa maneira, saúde-doença-cuidado pode vir a depender do seu referencial, ou seja, nem sempre está ligada com a compreensão de saúde referente ao biomédico, pois pode vir do âmbito social, seja individualmente, em grupo ou pela sociedade, com isso, se trata de um conceito relativo.

Por sua vez, a saúde sexual é um assunto que afeta bastante os jovens principalmente quando se trata de infecções sexualmente transmissíveis e gravidez na adolescência, que são as dimensões para as quais se costuma reduzir e focar essa parte da vida dos jovens. De acordo Relatório Diagnóstico da Juventude 2021, um milhão de pessoas foram diagnosticadas com ISTs no Brasil em 2019. A gravidez na adolescência também é um assunto de saúde de extrema importância. Através do relatório situação da população mundial 2017, feito pelo Fundo de População das Nações Unidas (UNFPA,2017), o Brasil teve a sétima maior taxa de gravidez na adolescência na América Latina.

Porém vale problematizar essa ênfase que se dá no quesito saúde juvenil em assuntos como gravidez na adolescência, relações sexuais e doenças sexualmente transmissíveis. Segundo Lopes

e Moura (2013) a saúde dos jovens emerge de maneira indiferenciada com bastante vínculo a assuntos materno-infantil, isso faz com que outros assuntos de saúde que também são de extrema importância fiquem em segundo plano, como a saúde mental.

As taxas de fecundação em adolescentes de 15 a 19 anos no Brasil também é algo a se discutir, essa taxa no ano de 2019 era 59,0 nascimentos por mil mulheres entre 15 a 19 anos, em 2011 esses números eram maiores sendo de 64,0. As diferenças regionais também se destacam, enquanto Sudeste e Sul possuíam 49,0 a 59,0 em 2019, o Centro-Oeste e o Nordeste tinham uma taxa de 62,7 e 65,2, as maiores taxas foram encontradas no Amazonas 93,2 para cada 1000 mulheres e na Região Norte com 84,5 (IBGE, 2019).

A cidadania é um instrumento fundamental para a juventude, pois é através dela que os jovens exercem seus deveres e correm atrás dos seus direitos. Apesar disso muitos jovens não se envolvem no meio político, de acordo com os dados do Tribunal Superior Eleitoral (STF) dos últimos dez anos, o número de adolescentes eleitores de 16 a 24 anos diminuiu, passando de 18,1% em 2012, para 13,3% em 2022. E, na participação social, existe o conselho da juventude que são órgãos autônomos e permanentes que tratam das políticas públicas e na garantia para que o direito dos jovens sejam exercidos. A representação estudantil é a união dos estudantes com entidades estudantis como a União Brasileira dos Estudantes Secundaristas (UBES) e a União Nacional de Estudantes (UNE), para formação representativa e participação social e política da juventude. A atuação dessas entidades se dá por meio de campanhas, congressos, atividades e fóruns deliberativos a fim de defender os interesses desses jovens.

Podemos perceber que o Brasil tem em sua maioria populacional pessoas negras, e essa proporção também é observada entre jovens. Mesmo assim, essa população se encontra exposta a relações de vulnerabilidade social, em todas as áreas relacionadas a uma vida digna. Jovens negros estão em moradias mais insalubres, ocupam os empregos mais precários, tem pior alimentação, recebem menor rendimento, ocupam menos as posições de poder e representação. Entre mulheres jovens esse cenário se intensifica mais ainda. A explicação para essas desigualdades está situada nas estruturas racistas que formam a sociedade brasileira historicamente, e que se produzem e

reproduzem ainda nos dias de hoje. O racismo, de modo inseparável do sexismo e exploração do trabalho, é elemento estruturante das desigualdades e violações dos direitos das juventudes no Brasil.

## **Capítulo 2 - Trabalho e juventudes no Brasil: apontamentos sobre raça-classe-gênero**

A relação trabalho e juventude sempre geram temas polêmicos para debate e como vimos muitas vezes os jovens são figuras centrais dentro de uma sociedade que vive do trabalho, seja na procura do primeiro emprego, da necessidade de complementar renda da familiar, ou para se sentir incluído em uma sociedade voltada para o consumo onde os jovens são o principal objeto de desejo de todo esse mercado voltado para o consumo (ROCHA, CORONA, 2013, p7).

No capitalismo, os burgueses retêm todos os privilégios de meio de produção, contratando a força de trabalho de pessoas consideradas livres em troca de um salário, e esses trabalhadores fazem todo o serviço produtivo atualmente. Também devemos levar em consideração que, mesmo cada época tendo um modo de produção dominante, isso não exclui o fato de que as relações sociais são distintas, de modo que podemos encontrar trabalhadores assalariados na antiguidade, escravizados nos tempos feudais e na atualidade. Os determinantes das relações sociais de cada época são aqueles que se baseiam no modelo de produção dominante de cada sociedade (MANZANO,2013).

O trabalho pode ser entendido em seu sentido ontológico e histórico. Em sentido ontológico, o trabalho é entendido como a ação do homem sobre a natureza para suprir suas necessidades, ou seja, trabalho é aquilo que o ser humano faz para se satisfazer, como plantar o próprio alimento, arrumar a casa, costurar suas roupas etc. Por meio do trabalho o homem tem como resultado a produção do próprio ser do homem (produz a si mesmo enquanto humano). O trabalho também pode ser uma forma de satisfazer as necessidades do espírito, como dançar, cantar, pintar, decorar, etc, necessidades essas que não satisfazem apenas o corpo mas também a alma. Todos esses tipos de trabalho causam uma sensação de liberdade e de dever cumprido, pois foram trabalhos feitos exclusivamente para seu próprio benefício. Comparado aos animais, o homem tem a capacidade de pensar, planejar o seu trabalho, diferentemente dos animais (RAMOS, 2007).

Já em seu sentido histórico, ou seja, desenvolvido ao longo do tempo pela ação dos homens, o trabalho funciona de acordo com o sistema social no qual ele esteja inserido, no feudalismo o trabalho vinha através dos servos que trabalhavam para satisfazer a nobreza e seus senhores em troca de proteção em seus territórios, os servos eram responsáveis por toda força de trabalho agrícola, domésticas e braçal. Já na sociedade Romana eram os escravizados que perdiam a guerra por seus territórios para os romanos que eram responsáveis por todo tipo de trabalho braçal, doméstico e agrícola em Roma. E no sistema escravocrata brasileiro, eram os escravizados que faziam os trabalhos braçais, agrícolas e domésticos. Com os povos indígenas o trabalho era dividido para o povo da tribo, onde todos eram responsáveis pelas crianças, os homens eram responsáveis pela caça, as mulheres na preparação dos alimentos e os idosos na passagem de ensinamentos para todos da tribo. Nesse sentido, o trabalho ocorre de acordo com a formação social e hierárquica de cada sociedade, podendo variar e se transformar com o tempo (RAMOS, 2007; SAVIANI, 2007).

No capitalismo, que é o modo de produção contemporâneo, o trabalho em sentido histórico se realiza por meio do emprego, que é quando o homem vende sua força de trabalho para empresas, indústrias, fábricas, etc, (que são voltadas para a produção de mercadorias) em troca de dinheiro para comprar as coisas que necessita, pois não possui os meios de produção necessários para exercer esses tipos de trabalho e, por conta disso, não tem o usufruto daquilo que produz. Com isso, atuam alienados, e em geral não encontram satisfação em fazê-lo. Além disso, muitas vezes, por urgência da vida material, acabam aceitando empregos precarizados, que não conseguem suprir as necessidades do corpo e da alma. Porém, com o pagamento, vem o suprimento, ainda insuficiente, das necessidades materiais, e a falsa sensação de liberdade, atualizando o ciclo que os faz permanecer nesses empregos (RAMOS, 2007; SAVIANI, 2007).

No sistema capitalista ainda existem a divisão do trabalho intelectual e trabalho manual, onde um é composto pela prática do conhecimento, e por isso os trabalho científicos são vistos como superiores, por conta disso, pessoas com ensino superior completo, que mais se aproximam do conhecimento científico valorizado no capitalismo, como médicos, advogados, contadores entre outros, têm uma maior relevância no mercado de trabalho. Já o trabalho manual, é aquele

que só precisa de conhecimentos básicos, como saber ler e contar, pois, para esse tipo de serviços o trabalhador não precisa ter muito conhecimento, basta repetir o mesmo trabalho e saber fazer qualquer tipo de trabalho manual, já que esses trabalhos são mais exploratórios e o não saber ajuda na alienação dessa força de trabalho (RAMOS, 2007)

Sob o capitalismo, a divisão social do trabalho acontece das seguintes maneiras, uma pequena parte da população tem acesso às matérias primas extraídas da natureza e aos recursos para essa extração e produção, enquanto uma grande parte populacional não tem acesso a esses recursos, tendo que vender sua força de trabalho para esse pequeno grupo, sendo então a divisão da sociedade em classes. Com base nisso, essa grande parte da população (nomeada de proletariado) tende a trabalhar para essa pequena parte (chamada burguesia), os enriquecendo enquanto vivem com o mínimo para sobreviver (ANDRADE; SILVA; CHAVES; SILVA, 2019).

No capitalismo, a crise é uma característica estrutural, ou seja, o capitalismo produz e depende das crises cíclicas. Essas crises produzem mudanças societárias, que retratam o agravamento da desigualdade social, degradando ainda mais a vida humana e provocando uma reconfiguração nos processos de produção e reprodução social. Essas transformações são estimuladas pelas mudanças no "mundo do trabalho", caracterizadas pela exploração humana (ANDRADE; SILVA; CHAVES; SILVA, 2019).

As revoluções científica e tecnológica contribuíram para as transformações no processo produtivo, substituindo pessoas por máquinas, criando assim a substituição do trabalho vivo para o trabalho morto, o que reduziu os postos de trabalho e ampliou o desemprego, o que, em vez de qualificar as condições de vida da classe trabalhadora, barateou a venda da força de trabalho, aumentando consideravelmente trabalhos informais e temporários. Além de desqualificar uma parte dos trabalhadores, ao exigir uma maior qualificação e a capacidade do desenvolvimento de várias funções ao mesmo tempo (ANDRADE; SILVA; CHAVES; SILVA, 2019).

Vale evidenciar que as relações sociais criadas no capitalismo são determinadas pelas relações de produção, que banalizam a exploração e as desigualdades criadas por esse sistema e as apresenta de forma maquiada ao trabalhador e, quanto maior o desenvolvimento de um sistema,

maior vai ser sua força de alienação. Assim é apropriado dizer que as relações criadas vivenciando esse sistema serão de competitividade e disputa por poder, tornando-se mais bárbaro socialmente (ANDRADE; SILVA; CHAVES; SILVA, 2019).

Quando a sociedade é dividida em classes sociais, a desigualdade é uma característica que lhe é própria, pois um grupo se torna dominante sobre o outro e exerce poder político, econômico, cultural e intelectual, e tem vantagens sobre as produções necessárias para a sobrevivência. Enquanto o grupo dominado produz os produtos necessários para a sobrevivência e não tem poder de compra sobre ele e/ou direito de usufruto da produção (MANZANO, 2013).

Na vida adulta essa divisão social permanece, enquanto uma parte da classe trabalhadora luta para se manter, e manter suas famílias, com péssimas condições de trabalho e poucos direitos trabalhistas, a outra parte consegue se manter e sustentar seus familiares com empregos considerados melhores economicamente. Com isso, o capitalismo utiliza da meritocracia para difundir a ideia de que todos podem ter um bom crescimento econômico, basta querer e se esforçar para conseguir, sendo esta uma ideologia de suporte para a manutenção da exploração dos jovens no Brasil.

### **Raça e racismo na formação do Brasil**

Segundo Ianni (1978), desde o momento em que o Brasil se tornou colônia de Portugal em 1500, foram criados e expandidos na colônia trabalhos de *plantation*, engenhos e *encomiendas*. Nessa mesma época a escravização era a base do meio de produção econômica e social tanto nas *plantations* quanto nos engenhos, enquanto em outras unidades produtivas como *encomiendas* ocorriam diversos e distintos trabalhos compulsórios.

Por outro lado, na Europa, por conta das apropriações de novas terras, houve acúmulo de riquezas, criando-se assim o acúmulo de capital comercial. Com as explorações de diversas colônias e a expansão marítima, se tornou mais fácil a comercialização e a mercantilização pelo mundo, isso fez com que diversos países europeus acumulassem capitais comerciais ao mesmo tempo em que houve uma emancipação entre o trabalhador e a propriedade, criando-se assim o

trabalho livre. É dito que foi o capital comercial que ditou as formações sociais nas colônias do Novo Mundo e, por conta disso, a Inglaterra, que tinha o maior acúmulo de capital, sendo a maior no sistema mercantilista, empunha em Portugal, Espanha e outros países condições de comercialização (MOURA, 1978)

Enquanto os europeus se desvincularam do trabalhador como sua propriedade, na colônia brasileira isso não acontecia. É dito no livro “História do Negro no Brasileiro”, de Clóvis Moura (1992), que em 1549 desembarcou o primeiro navio negreiro no Brasil colônia, porém alguns historiadores acreditam que já havia negros na colônia, com isso o rei de Portugal, Dom João III, autorizou que os colonos importassem 120 negros para que trabalhassem em suas propriedades e, mesmo com esses números, muitos dos colonos não ficaram satisfeitos, pois queriam um número maior. Moura ainda retrata que, com a intensificação da economia colonial, o tráfico de negros africanos aumentou, especialmente no Nordeste, onde se encontrava um tipo de agroindústria que melhor manejava o cultivo de cana de açúcar. Com isso, a escravatura se expandia geograficamente e os negros eram os que mais povoavam as colônias (MOURA, 1978).

Mesmo que todos os trabalhos que renderam lucros para o crescimento da colônia, - como a produção açucareira, mineração, exportação de produtos tropicais e por fim o café -, tivessem sido realizadas pelos negros, estes não tinham suas contribuições reconhecidas, pois tudo o que produziam era exportado para outros países e o lucro desses produtos e comercialização ficavam todos para os brancos senhores de escravos. (MOURA, 1978)

Moura retrata também em seu livro acima citado que os negros eram tratados como animais e que não detinham nenhum direito, sendo vendidos, trocados, espancados, mutilados e mortos sem que essas ações causassem consequências. Eram tratados como propriedade privada, da qual o dono poderia fazer qualquer coisa que desejasse.

Com esse tipo de tratamento, os negros fugiam para as matas e caso não fossem capturados novamente criavam quilombos que se tornaram um símbolo de resistência negra para todo o Brasil, porém, não era só os negros que viviam nesses quilombos e sim todos aqueles que eram perseguidos

de alguma maneira pelo sistema colonial da época, como indígenas, pessoas perseguidas pela política, fugitivos do serviço militar, brancos pobres, prostitutas entre outros.

“Era um cadinho de perseguidos pelo sistema colonial. Era no quilombo ou nas demais manifestações da quilombagem que essa população marginalizada se recompunha socialmente” MOURA, 1992 p.25.

Segundo MOURA (1992), não foi só com seu trabalho forçado que os negros escravizados contribuíram para a formação do Brasil, mas também com suas culturas trazidas da África, como músicas, religião, suas histórias entre outras. Com tudo essa cultura não era bem-vista para os donos dos escravizados fazendo com que elas fossem proibidas e marginalizadas, por conta disso os negros disfarçavam suas adorações aos seus Deuses e utilizavam sua cultura como forma de resistência a opressão que sofriam, o que se perpetua até os dias atuais.

Porém, mesmo com os quilombos e suas rebeliões e lutas de muita resistência, a população negra, como Ianni (1978) mostra, não teve envolvimento direto com o fim da escravização e que o seu fim se deu por disputas políticas entre os próprios brancos, em outras palavras, o fim da escravização teria sido “coisa de brancos”.

Essas disputas vistas no livro “Escravidão e Racismo”, de Octavio Ianni (1978), se iniciam com o desenvolvimento do capitalismo no âmbito mundial. O capital industrial tinha como base trabalhadores livres que recebiam salários, por conta disso a escravização passou a ser um problema para a burguesia, que desejava se industrializar e acabar com a escravização, porém, os donos de escravos na colônia brasileira se opuseram ao fim da escravatura.

Com o fim do tráfico negreiro em 1850 o sistema de escravização entrou em crise, pois a estimativa de vida de um escravizado era baixa e com o fim do tráfico eles não poderiam ser substituídos. Com isso, o número de escravizados diminuiu e o preço sobre eles que antes eram baixos cresceu consideravelmente. Além disso, a exportação de açúcar no Nordeste entra em declínio no mercado mundial e, Minas Gerais e Goiás, que antes lucravam com a descoberta do ouro e outros minerais por quase dois séculos, já haviam se exaurido de tal recurso. Por outro lado,

no Sudeste em meados do século XIX, se inicia a produção do café e com isso cresce a necessidade de mão de obra (MOURA, 1978).

Com essa demanda de escravizados, as províncias do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas ‘importam’ pessoas negras de províncias em situação de decadência e esses escravizados deslocados para uma nova região tinham suas famílias separadas, pois cada um poderia ser vendido para senhores diferentes, povoando outras regiões (MOURA, 1978).

Agora, com a valorização dos escravizados, estes não eram mais vistos como mercadoria barata e descartável e por conta disso deviam ser protegidos para que vivessem o suficiente para gerar o lucro perdido em suas compras. Com isso, foram criadas leis como a lei dos Sexagenários, do Ventre livre, da extinção da pena de açoite e a proibição de venderem membros da mesma família para senhores diferentes, e outras que protegiam mais o negro como propriedade do senhor do que ele em si, pois esses, continuavam sendo vistos como coisa, em um contínuo processo de desumanização (MOURA, 1978).

Por conta da alta demanda pelo café, a demanda de trabalho também aumentou, e com isso os imigrantes brancos vindos de outros países também eram requisitados, e nesse momento criou-se o mito de que os trabalhadores brancos eram melhores que os negros, pois eles trariam a civilização e a prosperidade para o país mesmo que não fossem tão “bons no trabalho” quanto os negros (MOURA, 1978).

Com isso, diversas políticas públicas foram criadas no intuito de atrair imigrantes brancos para o Brasil, com a ideia de embranquecer a população, entre essas políticas as que mais contribuíram para a desigualdade de classe entre os imigrantes brancos e os negros foram a venda de terras com preços baixos e até mesmo de graça para esses imigrantes, enquanto os negros eram proibido por lei de comprar qualquer tipo de terra; além da valorização do trabalho feito pelas pessoas brancas, que recebiam um salário superior aos negros para fazer o mesmo serviço, havendo ainda a discriminação do mesmo trabalho feito melhor por pessoas negras alforriadas. Por conta dessas e outras políticas, diversos imigrantes europeus vieram para o Brasil em busca de trabalho

e uma ascensão econômica, enquanto os negros continuavam vivendo em condições insalubres e à margem da sociedade (MOURA, 1978).

Por outro lado, países europeus centrais no sistema capitalista investiam em transportes, bancos, iluminação e portos, criando uma contradição entre o trabalho livre e o escravizado, o que cresceria progressivamente. Tudo isso se encaminhará para a Guerra do Paraguai, que ocorreu no período de 1864 a 1870, da qual os negros participaram com a falsa esperança de conquistar sua liberdade imposta pelo império, que sairá vitorioso, porém não cumpriria com a palavra, dando continuidade à escravização. Essa e outras ações só mostram o quanto os negros eram usados como massa de manobra pela elite brasileira (MOURA, 1978).

Com a guerra tornou-se visível as limitações do escravismo como sistema político e econômico no Brasil, o que gerou um declínio da Monarquia e da Escravatura. Com isso, o número de escravizados diminuiu e o de pessoas livres aumentou. Enquanto em 1850 havia 2.500.000 escravizados e 5.520.000 pessoas livres, em 1872 haviam 1.510.000 de negros escravizados, enquanto as pessoas livres eram de 8.601.255. No ano da abolição, em 1888 a população de escravizados era de 500.000, porém o número de pessoas livres cresceu esporadicamente devido a imigração pessoas europeias em busca de trabalhos na colônia nas últimas décadas do século XIX, e em 1890 o número populacional no Brasil era de 14 milhões de pessoas (IANNI,1992).

O fim da guerra acelerou o processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Além das fazendas cafeeiras que baseavam-se em trabalhos livres, foram multiplicados os empreendimentos artesanais, fabris e comerciais, expandindo-se assim os aparelhos do Estado. Com isso se torna visível em 1870, os contornos e as incompatibilidade entre a formação social capitalista e escravista. O escravagismo não conseguia acompanhar interativamente a dinâmica do capitalismo, o que gerou uma tensão, resultantes das organizações e do funcionamento dos aparelhos do Estado, e por conta disso, nessa mesma época, a igreja católica e o exército se dividem, um pela permanência da escravização e o outro pelo fim dela (IANNI,1992).

Não por acaso, começaram a surgir campanhas abolicionistas e pela criação do regime republicano de governo em diversas partes do Brasil, e que eram feitas pelos mesmos grupos

sociais, que queriam o fim da Monarquia e da escravização com o intuito de que o sistema capitalista fosse fortificado, e não por justiça social. Esse processo intensificou o confronto entre a formação social escravista, que estava em declínio, e a formação social capitalista que estava em expansão. Em outras palavras, foi uma briga entre a aristocracia agrária escravocrata e a burguesia cafeeira do Oeste Paulista. Nesse confronto, a burguesia venceu e em 1888 ocorreu a abolição e em 1889 o fim da monarquia e a Programação da República (IANNI,1992).

E foi em 13 de maio de 1888 que a princesa Isabel assina a Lei Áurea, que dava o fim ao sistema escravocrata no Brasil. Porém, mesmo com o fim da escravização, não foram criadas leis que inseriam os negros na sociedade brasileira, pelo contrário, sem nenhuma reparação, esses foram marginalizados e se tornaram parte do exército industrial de reserva, ficando sem trabalho e sem meios de conseguirem acesso econômico. Por outro lado, o trabalho migratório de brancos só crescia (MOURA, 1978).

Assim, mesmo com a libertação desses escravizados eles não passaram a ser vistos como pessoas com direitos e não tiveram reconhecimento de seus saberes. Por conta disso, os negros que antes eram vistos como bons escravos por trabalharem bem e não desobedecerem seus senhores, passaram a ser vistos como maus cidadãos, por quererem viver como as pessoas livres viviam, quererem receber o mesmo salário que os brancos recebiam para fazer os mesmos serviços e por não quererem mais ser violentados e agredidos pela sociedade racista (MOURA, 1978).

Mesmo os escravizados tendo contribuído drasticamente para a formação econômica e social do país, esses não tiveram seus trabalhos recompensados e nunca tiveram direito a qualquer reparação pela atrocidade da qual viveram, sendo empurrados para a margem da sociedade e não tendo nenhum direito social.

“O trabalhador nacional descendente de africanos seria marginalizado e estigmatizado. O ideal de branqueamento das elites seria satisfeito, e as estruturas arcaicas de propriedade continuariam intocadas. O negro ex-escravo é atirado como sobra na periferia do sistema de trabalhador livre, o racismo é remanipulado criando mecanismos de barragem para o negro em todos os níveis da sociedade, e o modelo de capitalismo dependente é implantado, perpetuando até hoje” (MOURA, 1978 p. 62).

Todos esses elementos acerca das questões de raça e racismo na formação do Brasil, quando analisados sob a perspectiva de gênero, mostram situações ainda mais degradantes. De maneira que gênero é uma categoria política que sempre deve ser vista entrelaçada à raça.

Davis (1944), ao analisar o cenário de escravização dos Estados Unidos, apontou que o sistema escravagista definia o negro como propriedade e objeto, e as mulheres negras não eram vistas com uma diferenciação em relação aos homens negros como fora de trabalho. Desse modo, elas eram desprovidas de gênero para seus proprietários, a fim de que esses lucrassem ao máximo com seus trabalhos do mesmo modo que com o trabalho dos homens. Embora no Norte houvesse escravizadas que trabalhavam nas casas grandes, no Sul, onde se encontrava o verdadeiro núcleo do escravagismo, as mulheres negras trabalhavam nas lavouras junto com os homens. Além disso, não apenas homens e mulheres, mas também crianças negras.

No Brasil, Lelia Gonzalez (1984), retrata que no pós-abolição da escravatura o negro é visto como malandro, que não gosta de trabalhar e, por conta disso, é perseguido pela polícia e não tem ascensão social, vivendo na miséria e a margem da sociedade. Por outro lado, a mulher negra é vista como servente, faxineira, prostituta, entre outros. E esse discurso de uma suposta falta de interesse em trabalhar, justifica a criminalização, a marginalização e a pobreza da qual os negros estão acometidos.

Como já visto no livro *Mulheres, Raça e Classe* (1944), as mulheres negras faziam os mesmos trabalhos que os homens, e com isso perdiam o acesso àquilo que era considerado traço de feminilidade na sociedade, lhes sendo retirada a condição de mulher, e faziam diversos trabalhos pesados. Além disso, eram vendidas a preços mais baratos que os homens, o que também foi visto nos trabalhos industriais britânicos, onde as mulheres ganhavam menos que os homens e trabalhavam o mesmo período, com trabalhos igualmente complexos. Porém, nos Estados Unidos, a industrialização teve outro reflexo nas mulheres brancas, pois essas esperavam poder trabalhar nas fábricas e indústrias nascentes e foram acometidas pela dispensa de seus trabalhos nos espaços industriais. Isso teve suporte da ideologia da feminilidade, que era um subproduto da industrialização, com revistas femininas e romances, que fez com que a ideia de trabalho e mulheres

fossem totalmente separadas. Com isso, as relações vivenciadas pelos negros não condiziam com as estruturas sociais vivenciadas pelos seus senhores brancos, onde as mulheres não trabalhavam e dependiam inteiramente dos homens.)

“Na propaganda vigente, “mulher” se tornou sinônimo de "mãe " e "dona de casa”, termos que carregavam a marca fatal da inferioridade. Mas, entre as mulheres negras escravas, esse vocabulário não se fazia presente” (DAVIS,1944. P. 29).

Davis (1944), ainda se aprofunda e diz sobre estudos feitos acerca dessa relação que as mulheres negras tinham de igualdade com os homens negros e como isso tirava a importância do homem negro na vida matrimonial, pois as mulheres tinham mais poder na criação dos filhos e com o fim da comercialização de escravizados passou a ter um papel fundamental na reprodução de mais mãos de obra, passando a ser vistas como reprodutoras. Com isso, Davis faz uma crítica analisando que na verdade homens e mulheres negras tinham uma relação de igualdade e companheirismo, onde por ambos estarem vivenciando as opressões da escravização se ajudavam e as mulheres defendiam seus companheiros quando esses eram castigados ou passavam por humilhações.

Além de defender seus homens contra a opressão dos senhores, é dito no livro *Mulheres, Raça e Classe* (1944), como as mulheres negras lutavam contra a escravização e estavam relacionadas a diversas rebeliões e revoltas, também lutavam contra os abusos sexuais que sofriam dos brancos, por conta disso, há diversos nomes de mulheres de extrema importância na luta pela libertação de negros na história dos Estados Unidos.

Nesse sentido, ao fazer qualquer análise sobre as questões sociais relacionadas às questões de gênero, precisamos nos perguntar: Nesta sociedade, o que é ser homem? O que é ser mulher? que papéis são definidos socialmente para cada um desses conceitos? E qual a carga histórica que eles carregam em cada formação social? No Brasil, sociedade organizada pelo regime de classes com base no colonialismo escravocrata, gênero e raça são inseparáveis.

Acerca dos abusos sofridos pelas mulheres negras no Brasil, Gonzalez (1984) discute que os senhores de escravos utilizavam das mulheres negras não apenas para força de trabalho, mas também como instrumento sexual, usando do seu poder e domínio para as vender quando se sentissem ameaçados por outros homens. Também é retratado como estudos que falavam dessa relação das escravizadas com os homens brancos responsabilizavam os instintos animais dos mesmos e colocavam a mulher negra como fonte de uma disputa dos homens, e que elas disputavam com as mulheres brancas pela atenção deles.

Com isso, Gonzalez (1984), disserta sobre como as mulheres negras trazem consigo essa herança escravocrata de servidão, em todos os sentidos, e de como isso as faz perderem seu valor perante a leitura da sociedade, que as julgam pela sua aparência independentemente de como elas estejam vestidas ou se estão seguindo o estereótipo dos brancos de como os negros devem se portar ou se vestir. E isso se dá pois as mulheres negras estão vinculadas à ideia de servidão e sexismo, por isso que quando se encontram em lugares de destaque como no carnaval, sendo rainhas de bateria e passistas, são vistas como belezas raras e são exaltadas, mas no dia a dia essa exaltação não ocorre.

Davis (1944) também traz uma análise sobre os abusos sexuais sofridos pelas mulheres negras nos Estados Unidos, durante a escravização, e fala que não interpreta esses abusos como um simples impulso sexual dos homens brancos, com a desculpa da repressão de suas mulheres brancas, em razão da sua feminilidade. Isso seria um erro, para ela o estupro também era uma forma de reprimir as mulheres negras, demonstrando de modo brutal sua força e dominação sobre elas, com o intuito de reprimir suas vontades de lutarem e de se rebelarem, e conseqüentemente desmoralizavam seus companheiros. Com isso, o homem branco forçava uma relação com as mulheres e as lembrava de sua dominação masculina e de suas condições inalteráveis de escravizadas, reforçando a ideia de supremacia masculina branca característica do período.

Com isso, esse tipo de dominação do homem sobre a mulher através de abusos sexuais foi diversas vezes realizado. Porém, além desse abuso, outros permaneceram com o fim da escravização, o livro *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), fala sobre a diferença do

espaço físico entre a população branca e negra. Enquanto os brancos que dominam estão localizados nos melhores lugares, com um melhor saneamento básico, segurança e uma melhor estrutura social, os negros se encontram majoritariamente em favelas, conjuntos habitacionais, não possuem saneamento básico adequado, o que faz com que estejam mais propensos a pegarem doenças, além de sofrerem com a repressão policial, que criminaliza a população negra os encarcerando em presídios, e dizendo de maneira subliminar que aquele é o lugar natural do negro. Isso nada mais é que uma maneira de mostrar a superioridade branca e dizer que, apesar do fim da escravização, os espaços de dominação ainda são ocupados pelos mesmos grupos de antes

O livro *Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira* (1984), além de relatar essa separação espacial, também disserta sobre o medo que a supremacia branca tem da africanização no Brasil, porém, essa africanização já aconteceu. Diversas culturas brasileiras trazem consigo algum elemento negro, e utilizam disso para dizer que existe uma democracia racial, onde o negro não sofre racismo e que vive em condições precárias pois não se esforça o suficiente para alcançar sua ascensão social. (p. 226, 236 e 239).

Quando falamos de democracia racial devemos primeiro afirmar que não somos todos iguais. É preciso levar em consideração o fato da sociedade brasileira achar natural o negro viver na miséria e as margens da sociedade. Isso é justificado no imaginário racista pois os negros não teriam as qualidades para viver além da miséria, já que os mesmos para a sociedade são preguiçosos, irresponsáveis, não possuem intelecto e não gostam de trabalhar. Por conta desse discurso, os negros são perseguidos pela polícia, vistos como marginais e por isso são presos. Já as mulheres negras são vistas como serventes, empregadas e prostitutas, sempre em posições de baixo reconhecimento social. Essas ideologias e estereótipos são diversas vezes reforçadas por discursos e pela mídia para poder justificar as opressões sofridas pelos negros (GONZALEZ, 1984,).

Porém, mesmo com todos esses estereótipos e discursos que cercam a comunidade negra, também existe o discurso de que não existe racismo no Brasil e que somos todos iguais, que racismo é coisa de americano e que no Brasil todos são brasileiros. Para reforçar esse discurso, eles trazem a meritocracia e que todos tem os mesmos direitos perante a lei, só basta se esforçar para

alcançar seus objetivos, sejam negros ou brancos. Para reforçar isso, utilizam exemplos de pessoas negras que obtiveram ascensão social, que geralmente são partes de uma minoria de casos isolados, para fortalecer o discurso de diretos iguais e ao mesmo tempo reforçar o discurso preconceituoso de que a maioria dos negros estão em situação de miséria por serem preguiçosos e não se esforçarem o suficiente (GONZALEZ, 1984,).

Desse modo, a sociedade brasileira desfluta desses discursos para oprimir o negro e também tirar a culpa de si mesma, colocando-a na falta de comprometimento dos negros. Outra maneira de trazer o discurso da democracia racial é através da cultura africana e periféricas, que mesmo sofrendo suas repressões, algumas vezes são exaltadas e vistas como cartão-postal do Brasil, colocando o negro em lugar de destaque para disfarçar as mazelas que acometem esse grupo social. Com isso, a sociedade brasileira cria o mito do racismo e trás o discurso da democracia racial, mas a realidade é sentida na pele por todo povo negro brasileiro, que sofre pela repressão policial, condições de vida insalubres, racismo disfarçados em seus trabalhos e convívios sociais e o encarceramento em massa (GONZALEZ, 1984,).

Por conta disso, esses discursos de igualdade e democracia racial caem por terra, pois a realidade é diferente, a sociedade brasileira não vê todas as pessoas como iguais. A raça, o gênero e a classe, de modo inseparável, moldam a maneira como cada indivíduo se encontra inserido nas relações sociais e determinam suas possibilidades de desenvolvimento, de acesso a direitos (GONZALEZ, 1984).

Esse retorno à formação histórica do Brasil é importante para apresentar as estruturas em que a nossa sociedade foi formada, como vimos, toda a estrutura social, cultura, e econômica do país foi constitupida pelas mãos de negros escravizados. Mas não devemos confundir isso com a ideia de que o racismo é apenas uma herança histórica de um passado distante. Não, o racismo é um problema atual, que vem sendo reatualizado continuamente, por meio de novos mecanismos que perpetuam a exploração da população negra, agora, nas bases e demandas do capitalismo contemporâneo. Nesse contexto, a população jovem, que é a força de trabalho mais óbvia para a exploração entre classes, está exposta a ideologias e estruturas que ao mesmo tempo pressionam o

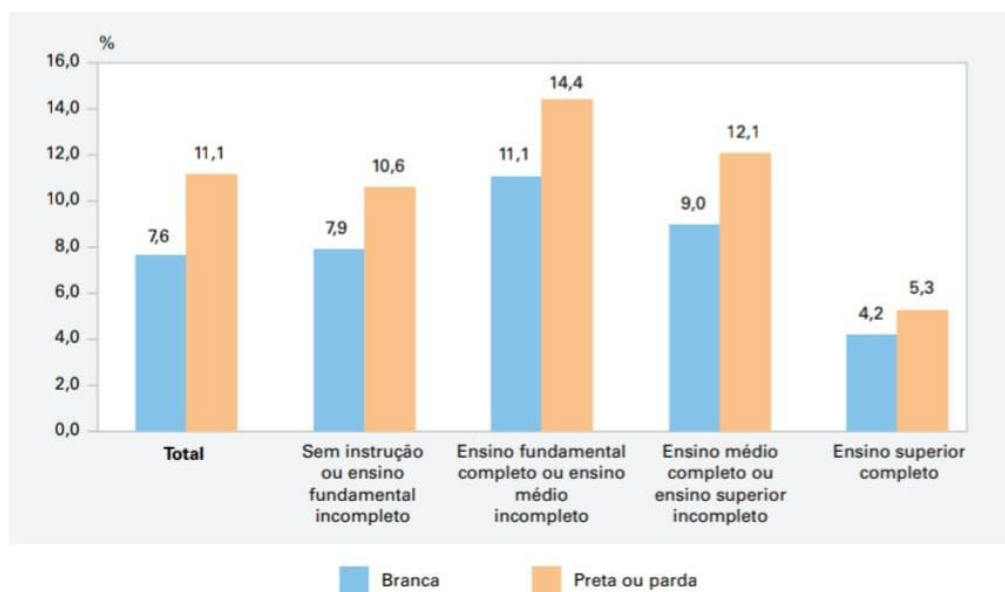
jovem para conseguir êxito nas disputas sociais por emprego e renda, e ao mesmo tempo, criam obstáculos para sua ascensão social que nem sempre são percebidos. Com isso, mantém-se a ideia de raça atualizada, o racismo como estratégia de dominação e o gênero como um agravante dos indicadores sociais.

## Por quê não somos todos iguais: indicadores sobre as juventudes no Brasil

Retomando os indicadores de áreas citadas nas partes iniciais deste trabalho, vamos indicar alguns pontos que chamam atenção, a partir do que as questões de raça-classe-gênero podem nos orientar.

### Trabalho e Renda

Gráfico 1 - Taxa de desocupação, por cor ou raça, segundo os níveis de instrução - Brasil - 2022.



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Notas: 1. Dados consolidados de quintas visitas.

2. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Ao analisarmos o gráfico acima, se torna evidente o quanto a população negra (pretos e pardos) se encontra sempre em maior proporção nas taxas de desocupação, independente do nível

de instrução. A diferença total de desocupação entre negros e brancos foi de 3,5%. Quando observamos a desocupação por cada nível de instrução, verifica-se a maior discrepância entre negros e brancos com ensino fundamental completo ou ensino médio incompleto (3,3%), sendo de 14,4% para negros e de 11,1% para brancos.

Já no Gráfico 2, o número de homens e mulheres negros (pretos e pardos) em trabalhos informais de 2012 até 2022 é muito superior ao número de pessoas brancas, sejam homens ou mulheres. Enquanto a proporção de pessoas negras em trabalhos informais segue um padrão ao decorrer dos anos entre 45% e 50%, para pessoas brancas esses números estão entre 30% e 35%.

Gráfico 2 - Proporção de pessoas em ocupações informais, por cor ou raça - Brasil - 2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2012-2022.  
 Notas: 1. Dados consolidados de primeiras visitas de 2012 a 2019 e de quintas visitas de 2020 a 2022.  
 2. Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça.

Os dados apresentados ajudam a perceber as heranças escravocratas que se perpetuaram até os dias atuais, fruto da ausência de reparação histórica, fragilidade de ações afirmativas e renovação dos mecanismos de exploração.

Assim como Clóvis Moura apontou em “História do Negro Brasileiro” sobre o período da escravidão, o trabalho feito por pessoas brancas era visto com mais valor que o trabalho feito por pessoas negras, o que é atualizado pelo que é perceptível ao analisarmos o gráfico 1, e ver que as

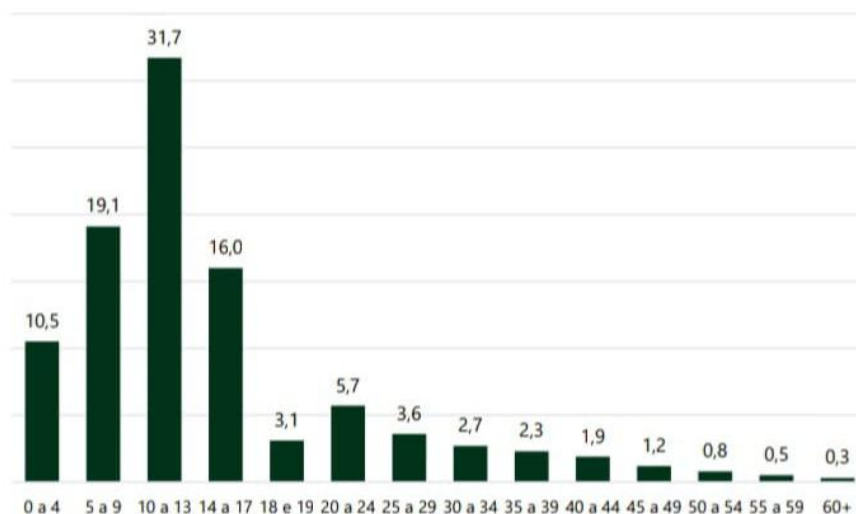
pessoas negras estão em desvantagem e ocupam um maior número de desocupados em relação as pessoas brancos, mesmo estando no mesmo nível educacional.

Além disso, também é possível perceber através do gráfico 2 que pessoas negras estão mais em maior número em trabalhos informais, principalmente as mulheres negras. O que se relaciona com algo que foi dito por Lélia Gonzalez, onde as mulheres são vistas sempre em papéis ou funções de baixo reconhecimento social, o que servia aos interesses do capitalismo nascente, e de forma reconfigurada, serve à fase atual desse modo de produção que continuamente desenvolve formas de acumular mais lucro para poucos a custa da exploração de muitos.

Outra maneira que o capitalismo encontra de colocar as pessoas em trabalhos informais é através do capitalismo digital, utilizando as plataformas de aplicativos, que ofertam empregos sem carteira assinada, com a justificativa de que os empregados serão seus próprios chefes, farão seus próprios horários e lucraram a partir da quantidade que trabalharem. Com isso o público alvo desses serviços são os jovens, majoritariamente negros, segundo Sandro Carvalho e Mauro Nogueira no artigo "Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil" (2024) a maioria dos entregadores seja por aplicativos ou não são jovens pretos e pardos, com baixa escolaridade e homens. Isso mostra como essas plataformas se beneficiam da precariedade e da necessidade das pessoas, vendendo uma ideia de trabalho sem patrão e que as ajudaram a ter uma ascensão social, quando na verdade as empregam sem direitos trabalhistas e sem nenhum benefício para seus trabalhos prestados.

#### Segurança pública e acesso à justiça

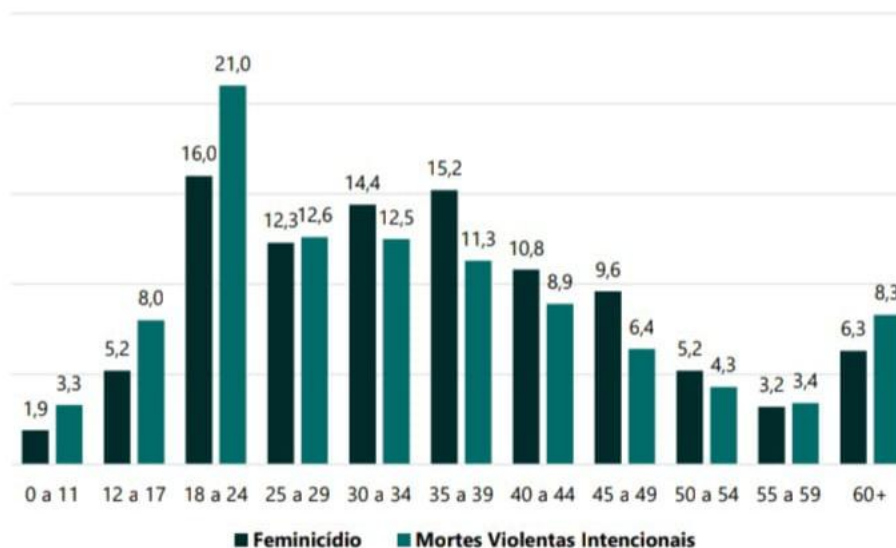
Gráfico 3 - Percentual de vítimas de estupro de vulnerável por faixa etária - Brasil - 2021



Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022)

Nesse gráfico, percebemos que o número de pessoas vítimas de estupro na faixa de 14 a 29 anos é de 28,4%. Encontra-se o maior percentual nas idades entre 5 e 13 anos. A partir de 25 a 60+ os percentuais vão diminuindo gradualmente de 3,6 até 0,3.

Gráfico 4 - Vítima de feminicídio demais mortes violentas intencionais de mulheres, por faixa etária (%) - Brasil - 2021



Fonte: Adaptado de Anuário Brasileiro de Segurança Pública (FBSP, 2022).

No gráfico 4, na faixa de 18 a 29 anos feminicídio e mortes por motivos similares representam 28,2% e 33,6%, respectivamente, concentrando importante proporção de mortes entre mulheres jovens. Tendência de diminuição é observada a partir dos 40 a 44 anos, o que é revertido na faixa dos 60+.

Gráfico 5 -Evolução da taxa de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade, por cor/raça (por cem mil habitantes) - Brasil - 2016 - 2021



Fonte: MS/SVS/CGIAE - Sistema de Informações sobre Mortalidade – SIM. Elaboração Secretaria Nacional da Juventude.

Já no gráfico 5, ao analisarmos as taxas de homicídios de jovens de 15 a 29 anos de idade ao decorrer dos anos de 2012 a 2021, percebemos que o número de jovens pardos que sofrem com essa violência até serem mortos é maior que o de pretos e brancos. Enquanto para os jovens pardos essa taxa varia ao decorrer dos anos sendo a maior 94,4% em 2016, e a menor 64,4% em 2021, para os jovens pretos essas taxas tem seu maior número também em 2016, sendo de 70,2%, e a menor em 2021 com 36,6%. Já para os jovens brancos essa taxa atinge seu maior número também em 2016 com 30,9% e sua menor em 2021 sendo de 18,6%. Podemos perceber que o ano de 2016 foi o mais violento para todos os jovens, principalmente para os pardos e pretos, e o ano de 2021 foi o com a menor taxa também para todos os jovens. Jovens brancos morrem menos por homicídio em toda a série histórica, com larga diferença percentual em relação a pretos e pardos.

Quando falamos sobre violência no Brasil sabemos que existem grupos sociais que sofrem mais do que outros, o que se percebe ao olhar para os três gráficos acima. No gráfico 3 vemos que

abusos de estupros ocorrem em maior número em pessoas com 10 a 19 anos, que são pessoas que provavelmente são mais fáceis de manipular, o que nos leva a algo que Davis fala em seu livro “Mulheres Raça e Classe”, onde ela retrata que as mulheres negras eram abusadas para serem lembradas de sua situação de escravização e vulnerabilidade perante aos seus senhores, o que também era uma forma de manipulação, pois as descredibilizava e fazia com que elas tivessem medo de lutar pela sua liberdade, ou seja, as silenciavam, e essas práticas de dominação se dá até os dias atuais com mulheres e crianças.

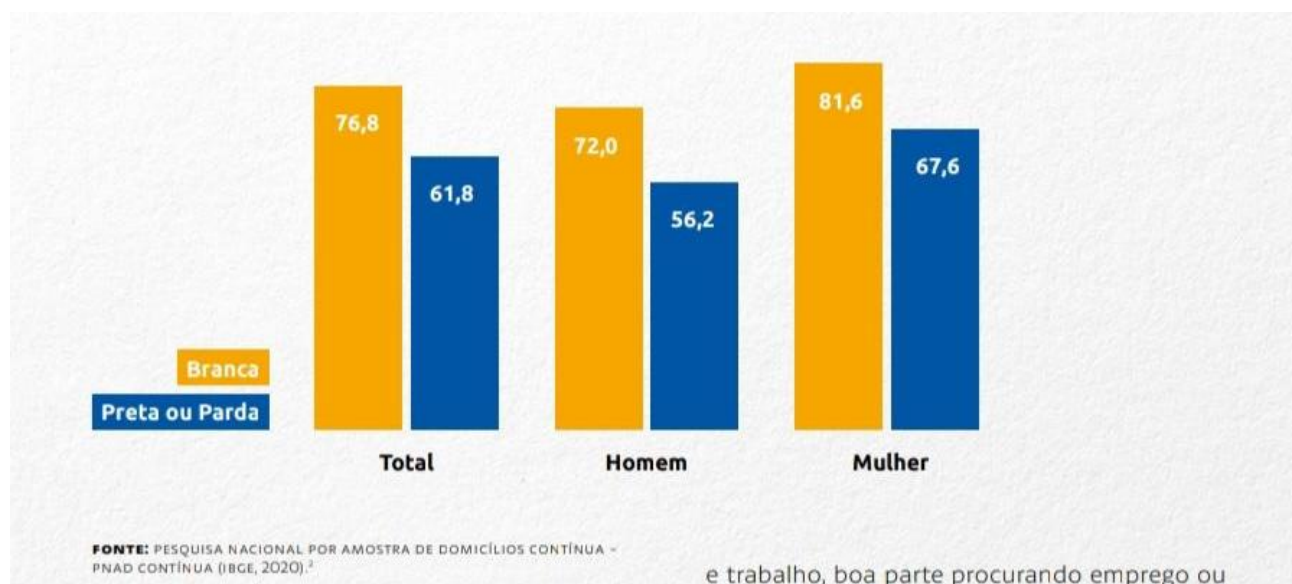
Já o gráfico 4 retrata uma violência que acomete principalmente as mulheres, que é o feminicídio, que nada mais é que o assassinato de mulheres por seus parceiros ou familiares. Como dito por Davis, as mulheres negras eram vistas como objeto de trabalho assim como os homens negros, e as mulheres brancas eram dependentes financeiras de seus maridos e cuidavam de afazeres domésticos ou cuidavam dos escravos que faziam esses afazeres. Porém, ambas as mulheres negras e brancas eram vistas como posse dos homens e por isso eles poderiam fazer o que quisessem com elas, até mesmo matar. Essa estrutura social machista e racista se perpetua até os dias atuais, onde os homens se acham donos de suas mulheres e se sentem no direito de matá-las mesmo sendo um crime no Brasil. Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 63,6% das vítimas de feminicídio no Brasil são mulheres negras (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2024).

No gráfico 5 é perceptível que o número de homicídios sofridos pela população de pardos e pretos são maiores que sobre a população branca. Isso pode ser explicada por algo que já foi dito nesse trabalho, Moura, disserta que os negros eram tratados como animais e eram espancados, mutilados, abusado, entre outros e não detinham de direito algum, e com o fim da escravização os negros foram jogados as margens da sociedade, indo para os morros e cortiços e sendo marginalizados. Hoje, a violência do Estado produz e reproduz obstáculo e, além disso, age pela força contra a população negra, criminalizando, encarcerando e produzindo o que se chama de genocídio da população negra. Gonzalez nos dá suporte ao falar sobre a repressão policial implementada na favela e do encarceramento da população negra. Esta população é vítima de

repressão e controle permanente das instituições públicas, que ainda utilizam a falida ideia de guerra contra as drogas para justificar o avanço da violência policial.

## Educação

Gráfico 6 - Taxa de conclusão do ensino médio



O gráfico 6 mostra a desigualdade racial entre pessoas brancas e negras (pretas ou pardas), mediadas pelo gênero. Enquanto o percentual de homens brancos que concluíram o ensino médio foi de 76,8% , o de homens negros 61,8%, uma diferença de 15%. Já em relação às mulheres, essa diferença ainda permanece, entre as mulheres brancas a taxa de conclusão é de 81,6%, para as mulheres negras essa taxa é de 67,6%, uma diferença de 14%. Porém, podemos perceber que há uma diferença de 5,8% entre as mulheres pretas ou pardas para os homens pretos ou pardos.

Gráfico 7 - Distribuição percentual de pessoas de 15 a 29 anos de idade com nível de instrução inferior ao médio completo e que não frequentam a escola, curso técnico, normal

(magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional, por sexo e principal motivo de atualmente não frequentar - Brasil - 2019.

Principal motivo de atualmente não frequentar escola, curso técnico, normal (magistério), pré-vestibular ou curso de qualificação profissional	Total	Homens	Mulheres
Total	100,0	100,0	100,0
Precisa trabalhar	42,8	55,6	24,8
Não tem escola na localidade, vaga, o curso de interesse ou o turno desejado	3,2	2,9	3,6
Falta de dinheiro para pagar as despesas (mensalidade, transporte, material escolar etc.)	1,4	1,4	1,5
Por ter que cuidar dos afazeres domésticos ou de criança, adolescente, idoso ou pessoa com necessidades especiais	16,6	0,9	38,7
Problemas de saúde permanente	4,8	5,2	4,2
Não tem interesse	26,6	31,0	20,4
Outro motivo	4,6	3,0	6,7

Fonte: IBGE. PNAD Contínua (IBGE, 2019).

O gráfico 7 aponta que o motivo predominante para os jovens de 15 a 29 anos não concluírem o ensino médio ou não estarem cursando nenhum tipo de curso profissionalizante é a necessidade de trabalhar. Há variação em relação ao gênero. Os homens estão mais propensos a abandonar os estudos para trabalhar do que as mulheres, enquanto esses números para os homens são de 55,6%, para as mulheres esses números são de 24,8%. Porém, quando se trata do abandono escolar por ter que cuidar de alguma pessoa ou afazeres domésticos, o número de mulheres é muito superior em relação aos homens, enquanto para as mulheres a porcentagem é de 38,7%, para os homens essa porcentagem é de 0,9%. Em relação aos outros motivos, não existe uma diferença expressiva nos percentuais.

No Brasil, o estudo não era algo alcançado por todos os grupos sociais, apenas pessoas da elite sabiam ler e escrever, e isso teve um grande impacto na formação acadêmica dos brasileiros. Com o sistema escravocrata, Moura retrata como os negros não tinham acesso a livros ou eram ensinados a ler, e com o fim da escravização isso não mudou, os negros foram jogados as margens

da sociedade e com isso lutava pela sua sobrevivência tendo que trabalhar . Esse cenário ainda é recorrente no Brasil atual, ao analisarmos o gráfico 6, percebemos que os negros, sejam homens ou mulheres, concluíram o ensino médio com um menor percentual que pessoas brancas.

Para combater essa desigualdade educacional e social foram criadas ações afirmativas e uma dessas ações foi a criação do sistema de cotas, que garante disponibilidade de vagas para pessoas pretas, pardas, indígenas entre outras em instituições públicas . Segundo Marcos Ribeiro, Luciana Costa e Sérgio Risso em " As ações afirmativas na educação básica e profissionalizante: cotas no Ensino Médio Integrado do IFFluminense e a necessidade de ampliação da agenda de pesquisa"(2024), as primeiras experiências com sistemas de cota aconteceram nos anos 2000 com a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF) e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB), após as primeiras experiências foram desenvolvidas outras ações em universidades públicas pelo Brasil. Em 2012, 71% das universidades públicas, somadas às federais e estaduais, tinham políticas de ações afirmativas. Porém essas políticas não são suficientes, de acordo com a matéria de Luzia Mota "A Lei de Cotas gerou uma demanda por políticas que garantisse a permanência e o êxito desses estudantes, não apenas o acesso"(2022), 70% dos estudantes matriculados em escolas e instituições que abrangem o sistema de cota tem uma renda familiar per capita de 1,5 salários-mínimos, por conta disso é necessário fazer políticas que consigam fazer com que esses jovens permaneçam nessas instituições de ensino e que tenham assistências em suas dificuldades para uma garantia de melhorias sociais e educacionais.

Já no gráfico 7 é possível ver que para os homens o que mais os fazem deixar os estudos é ter que trabalhar e as mulheres o que as fazem ficarem em casa e ter que cuidar de alguma pessoa depende delas ou dos afazeres domésticos. Com isso se torna visível a divergência de gênero e as questões sociais que atravessam tanto os homens quanto as mulheres. Destaque para o que se entende que é o papel da mulher nesta sociedade, que passa por atribuições de duplas e triplas jornadas de trabalho e cuidado, sendo este desvalorização como trabalho produtivo na sociedade. Mesmo sendo uma condição para o funcionamento do capitalismo a garantia do cuidado e das

condições para que a casa e a família funcione, às custas do trabalho não remunerado da mulher, o que ocorre é uma desvalorização e uma atuação invisível nos papéis de cuidado. A entrada da mulher no mundo do trabalho, intensifica as jornadas criando mais elementos para uma crise da relação trabalho-cuidado.

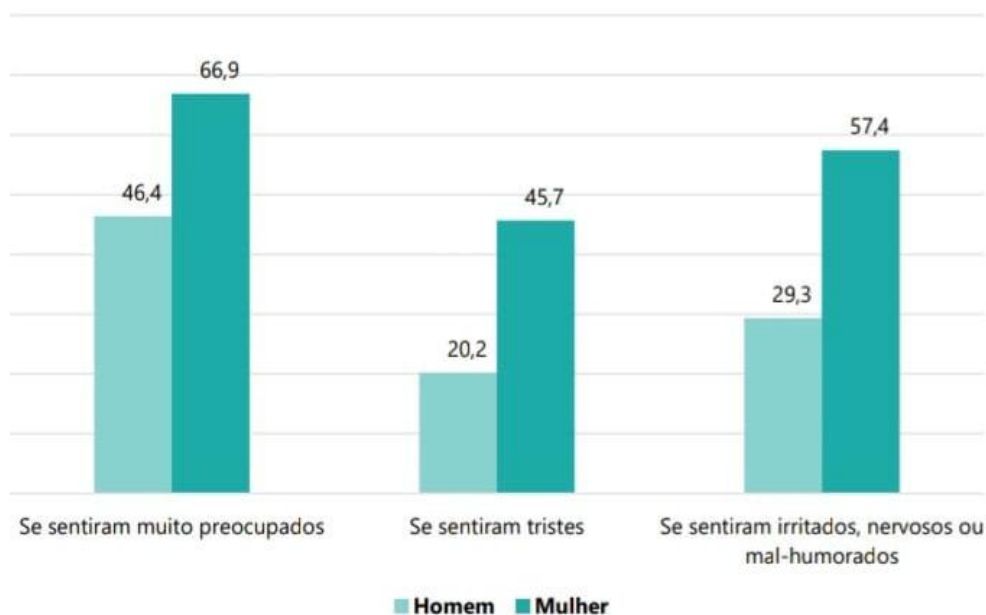
## Saúde

Gráfico 8 - Número de atendimentos individuais de pessoas jovens (15 a 29 anos) na rede de Atenção Primária à Saúde

Condição de saúde	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020
Pré-natal	641030	2445884	5286477	6884328	7991170	8405628	8047546
Saúde sexual e reprodutiva	575542	2026900	4290289	5345164	5746443	5457659	3300991
Saúde mental	118639	483473	1162618	1628715	2045356	2397578	2043698
Obesidade	41561	145016	300466	422684	548986	501345	314688
Desnutrição	14428	50727	109171	136230	157518	159238	119813
Uso de drogas	6550	25267	59047	75628	94866	99794	80479
Uso de álcool	6603	21972	43402	52239	62419	67321	54933

Percebe-se no gráfico 8 o crescente número de atendimentos em pré-natal, que é também a categoria mais expressiva de atendimentos, podendo indicar melhoria no acesso. Mas é notável o decrescente número de atendimentos em saúde sexual e reprodutiva. Em 6 anos os atendimentos em saúde mental dobraram, praticamente. Volumoso aumento nos atendimentos relacionados à obesidade, uso de drogas e uso de álcool.

Gráfico 9 - Percentual de jovens de 16 e 17 anos que se sentiram muito preocupados, se sentiram tristes ou se sentiram irritados, nervosos ou mal-humorados na maioria das vezes ou sempre, por sexo - Brasil - 2019



Fonte: IBGE (2021). Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE). Elaboração própria.

Quando analisamos este segundo gráfico que se trata do percentual de jovens de 16 a 17 anos que sentiram alguma instabilidade emocional ou psicológica percebemos que o percentual de mulheres em todos os casos é maior que o dos homens. Enquanto a taxa de mulheres que se sentiram preocupadas é de 66,9% para os homens essa taxa é de 46,4%, para as jovens mulheres que se sentiram triste essa taxa chega a 45,7% e para os homens chegam a 20,2%, por fim a taxa para mulheres que se sentiram irritadas, nervosas ou mal-humoradas é de 57,4% e para os homens é de 29,3%.

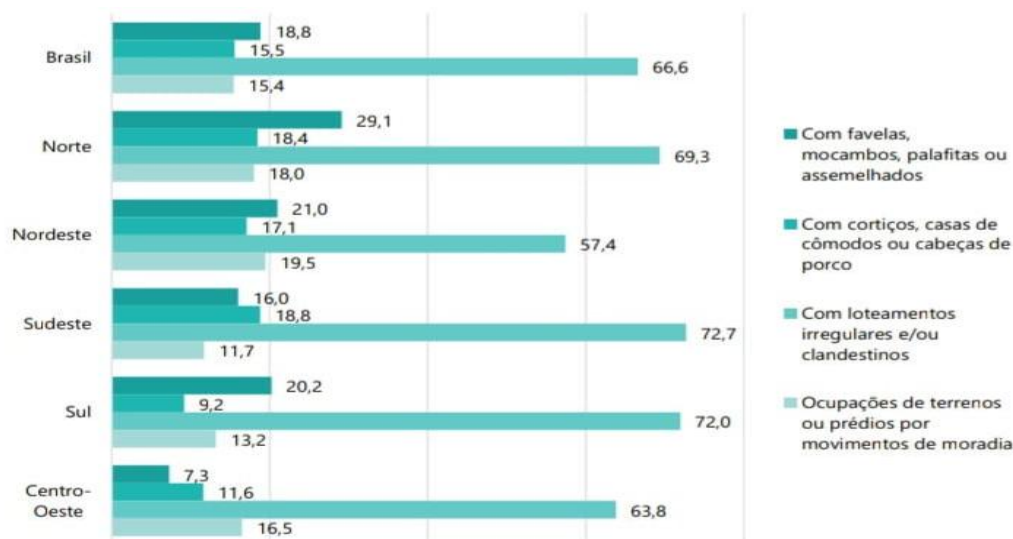
Ao analisarmos o gráfico 8, torna-se perceptível que a demanda dos jovens que procuram atendimento médicos está mais relacionado com assunto sexuais, seja por uma gravidez ou pela prevenção de uma futura gravidez, e isso retrata em como a saúde chega para esses jovens e em como as medidas de conscientização pode os ajudar, porém assuntos relacionados à sexualidade ou a gravidez não devem ser os únicos de conhecimento e alcance dos jovens. Nesse gráfico ainda é retratado a quantidade de jovens que se consultaram para tratar de problemas psicológicos e do uso de drogas, no caso das drogas os números são menores pois ainda existem movimentos que

conscientização para os jovens, mas quando se trata de saúde mental, ainda há todo um preconceito na busca por tratamento que deve ser combatida. Por fim, as doenças de obesidade e desnutrição mostram o reflexo de uma sociedade que não liga para o bem estar de sua população e mostra como as pessoas vivem sem condições de se alimentar de maneira saudável e sem conhecimento dos benefícios que isso poderia causar à saúde.

Já no gráfico 9, o fato das jovens mulheres de 16 a 17 anos terem uma taxa superior ao dos homens ao se sentirem tristes, se sentirem muito preocupadas, irritadas, nervosas ou mal-humoradas podem estar relacionadas a cobrança que elas têm de cuidar da casa, dos irmãos, dos filhos e não serem tratadas da mesma maneira que os homens, por vezes não tendo as mesmas oportunidades e nem os mesmos direitos para construir um futuro melhor para si mesmas.

### Moradia

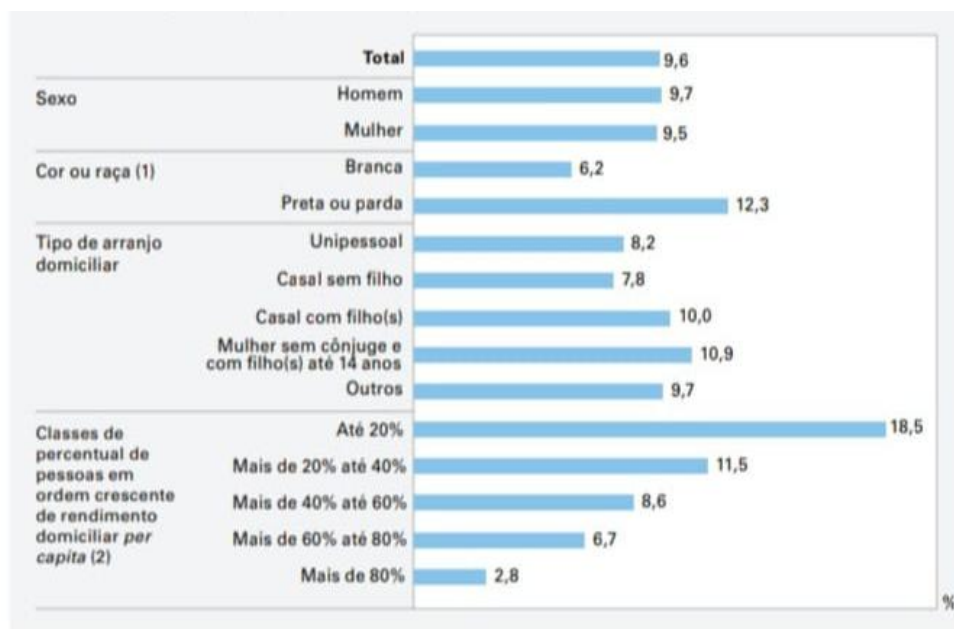
Gráfico 10 - Percentual de municípios com favelas, mocambos, palafitas ou assemelhados; com cortiços, casas de cômodos ou cabeças de porco; com loteamentos irregulares e /ou clandestino; com ocupações de terrenos ou prédios por movimentos de moradia - Brasil e as Grandes regiões - 2020



Fonte: IBGE (2021). Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2020. Elaboração própria.

Ao analisarmos o gráfico 10 percebemos que grande parte da população das grandes regiões do Brasil vivem em loteamentos irregulares ou clandestinos, esses números são extravagantes, sendo 69,3% no Norte, 57,4% no Nordeste, 72,7% no Sudeste, 72% no Sul e 63,8% no Centro-Oeste. As outras ocupações tem alguns números que se comparam, porém ainda são menores que as moradias clandestinas e loteamentos irregulares.

Gráfico 11 - Proporção da população residindo em domicílios próprios sem documentação da propriedade, segundo as características selecionadas - Brasil - 2022



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2022.

Nota: Dados consolidados de primeiras visitas.

(1) Não são apresentados resultados para amarelos, indígenas e pessoas sem declaração de cor ou raça. (2) Exclusivo pessoas cuja condição no domicílio era pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

No gráfico 11 destaca-se que a quantidade de pessoas pretas e pardas residindo em domicílios próprios sem documentação da propriedade é o dobro do que as de pessoas brancas, enquanto para os negros a porcentagem é de 12,3%, para os brancos essa porcentagem é de 6,2%.

Ao analisarmos o gráfico 10 percebemos que uma grande parte da população brasileira reside em ambientes insalubres como favelas, cortiços, loteamentos entre outros e isso é falado no livro História do Negro Brasileiro de Moura, que diz que com o fim da escravização os negros foram jogados a margem da sociedade e foram morar em favelas, cortiços, loteamentos e em ocupações, não apenas os negros mas também todas as pessoas que eram perseguidos ou marginalizados pela sociedade. Com o modelo de desenvolvimento capitalista, as condições para que a população negra usufrua socialmente de condições igualitárias nunca foram possibilitadas.

Ao contrário, obstáculos continuam sendo criados e recriados, de modo que o racismo presente nas estruturas da sociedade não só cria prejuízos e impede as pessoas negras de uma vida digna, mas também funciona para manter e alargar os privilégios do grupo social reconhecido como branco, independente da renda, escolaridade. Isso é reafirmado no gráfico 11, quando observamos que o número de negros que não tem documentação de propriedade de seus domicílios é o dobro em relação as pessoas brancas.

Além disso, a grande maioria das pessoas que vivem em favelas são negras, uma reportagem da Agência Brasil feita pelo repórter Bruno Moura (2024) aponta que 72,9% das pessoas que vivem em comunidades são negras, sendo 16,1% de pretos e 56,8% de pardos, também é falado de como as favelas e comunidades são vistas como localidades com insegurança jurídica de posse, ausência e precarização de serviços públicos, padrões urbanistas fora de ordem vigente e ocupações de áreas com restrições ou de risco ambiental. Com isso percebemos o quanto o racismo ambiental está presente nas localidades em que os negros residem no Brasil.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que as características das condições de vida das juventudes no Brasil contemporâneo se dão a partir das vivências, experiências e fenótipos dos jovens. Os jovens não são todos iguais; a população jovem negra é a que mais sofre com as condições de vida e trabalho, sendo os mais afetados com o racismo que assola o país, enquanto os jovens brancos têm mais oportunidades e se encontram com uma melhor condição de vida.

Indicadores sociais mostram o quanto as pessoas negras estão em desvantagem em relação às pessoas brancas, da mesma forma que as mulheres em relação aos homens, mesmo que todos, perante a lei, tenham os mesmos direitos. Contudo, percebe-se que tais direitos chegam de maneira diferente para os jovens dependendo da sua raça, gênero ou classe.

As condições de gênero, raça e classe são inseparáveis e moldam a maneira como os jovens serão tratados na sociedade, o que determina as diferenças no acesso aos direitos para uma vida digna. O racismo presente nas estruturas sociais dita as piores condições de vida para os negros, o gênero também influencia, com isso, jovens negros terão menos acesso aos direitos sociais quando comparados aos brancos e as mulheres quando comparadas aos homens. Neste aspecto, destaca-se a desvantagem sofrida pelas mulheres negras.

A formação social do Brasil explica como esse cenário se desenhou, com os negros sendo escravizados por 350 anos e com o fim da escravatura, foram jogados à margem da sociedade, tendo sua força de trabalho desvalorizada em comparação à força de trabalho de pessoas brancas. Para as mulheres negras a situação era pior, pois, as mesmas eram vistas apenas como serviçais e objetos sexuais sendo discriminadas e desvalorizadas.

Na contemporaneidade, devido ao sistema capitalista, a população negra permanece explorada e vista como mão de obra barata, sendo alvo de empregos de baixa ou nenhuma remuneração e sem respaldo de direitos trabalhistas efetivos. Para que essa situação continue

estabelecida, o capitalismo cria medidas com o intuito de manipular a população dominada, para que esta acredite que é possível a ascensão social através do esforço e trabalho duro, utilizando de casos isolados de negros com conquistas socioeconômicas para manter sólido o mito da meritocracia. Os discursos meritocráticos endossados pela mídia reforçam que melhores condições de vida, igualdade e inclusão virão através do esforço pessoal, na realidade, porém, percebe-se que as exceções formam a meritocracia, enquanto a regra –neste caso o sistema capitalista– continua a excluir e explorar os indivíduos, esquematizando um modelo que os inferioriza, de modo a mantê-los em situação marginal, de subalternidade.

A mudança do cenário aqui apresentado depende que a população brasileira assuma suas raízes racistas, colonialistas e escravocratas, para que possa enfrentar as estruturas que permitem que a ideia de raça se faça presente no imaginário social de maneira pejorativa, além de lutar por melhorias nas condições de vida e trabalho, com o intuito de desestabilizar discursos e ideologias neoliberais que culpabilizam as minorias sociais, atribuindo sua condição de vida à falta de esforço.

Como uma mulher jovem e negra, acredito na mudança para os jovens e que os mesmos possam ter a chance de um futuro estável, com um Estado que os valorize e garanta sua vida, para que todos, sem exceção, possam viver fora da miséria e com condições de vida que restabeleçam sua humanidade.

## **REFERÊNCIAS**

ABRAMO, Helena; SCORCE, Carol: O jovem é considerado trabalhador de segunda categoria pelo mercado. In. Educação e território, 2024.

Disponível em:

<https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/helena-abramo-o-jovem-e-considerado-trabalhador-de-segunda-categoria-pelo-mercado>. Acesso em 28 de outubro de 2024.

Agenda Juventude Brasil : leituras sobre uma década de mudanças / Organizadores: Diógenes Pinheiro ... [et al] . – Rio de Janeiro : Unirio, 2016.

Disponível em:

<https://polis.org.br/wp-content/uploads/2020/03/AGENDAJuventudeBrasil.pdf>. acesso em 18 de setembro de 2024.

ANDRADE, Mayra Hellen Vieira de; SILVA, Ingrid Stephany Freire da; CHAVES, Gabrielle; SILVA, Adna Isa Geminiano da. CRISE DO CAPITAL, TRANSFORMAÇÕES SOCIETÁRIAS E SEUS REBATIMENTOS NO MUNDO DO TRABALHO. Maranhão: Universidade Federal do Maranhão, 2019.

Disponível em: [https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho\\_submissaoId\\_495\\_4\\_955c9ea3219dfc8.pdf](https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_495_4_955c9ea3219dfc8.pdf). Acesso em: 03 out. 2023.

BARÃO, Marcos; RESEGUE, Mariana; LEAL, Ricardo: Atlas das Juventudes, 2021.

BRAGA, Thallys; BUONO, Renata. A juventude nem-nem e o futuro estilhaçado. [S.I.]: OutrasMídias, 2022. Disponível em:

<https://outraspalavras.net/outrasmidias/a-juventude-nem-nem-e-o-futuro-estilhacado/>. Acesso em: 10 set. 2023.

BRASIL. Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 6 ago. 2013. Disponível em:

[https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2013/lei/112852.htm). Acesso em: 23 out. 2023.

CABRAL, Umberlândia. Pessoas pretas e pardas continuam com menor acesso a emprego, educação, segurança e saneamento. [S.I.]: Estatísticas Sociais, 11 nov. 2022. Disponível em:

<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/35467-pessoas-pretas-e-pardas-continuam-com-menor-acesso-a-emprego-educacao-seguranca-e-saneamento>. Acesso em: 16 out. 2023.

CARVALHO, Sandro Sachet de; NOGUEIRA, Mauro Oddo: Plataformização e precarização do trabalho de motoristas e entregadores no Brasil, 2024

Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipaea.gov.br/bitstream/11058/13644/12/BMT\\_77\\_PDRT\\_A1.pdf&ved=2ahUKEwjHp97pxeyJAxUJJrkGHWycK6YQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3LnEM\\_Aq7iRn2qjeCN2p2U](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://repositorio.ipaea.gov.br/bitstream/11058/13644/12/BMT_77_PDRT_A1.pdf&ved=2ahUKEwjHp97pxeyJAxUJJrkGHWycK6YQFnoECBQQAQ&usg=AOvVaw3LnEM_Aq7iRn2qjeCN2p2U). Acesso em 20 de novembro de 2024.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. Interseccionalidade. Tradução de: Rane Souza. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2021. 17p. ISBN 978-65-5717-022-9.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em:

<https://acrobat.adobe.com/id/urn:aaid:sc:US:5d4b87cf-c89d-45cf-9933-18d7576e6921>. Acesso em : 29 out. 2023.

DAVIS, Angela. Mulheres, Raça e Classe. Tradução do original em inglês Women, Race & Class (Nova York, Random House,

1981; Vintage, 1944), publicada mediante acordo com a Random House, divisão da

Penguin Random House LLC. CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO

SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.

Estatuto da Juventude em revista/ Secretaria Nacional  
da Juventude. Brasília: Ibict, 2020.

FIGUEIREDO, Adriano Marcos Rodrigues; ALMEIDA, Jessika Benner Soares Araújo de. População nem-nem: uma Análise a partir dos dados da PNAD 2012. [S.I]:RES, v. 19, n.38, 2017. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/res/article/view/4942/html>. Acesso em: 20 Out. 2023.

FILOSOFIA VERMELHA. capitalismo. [S.I]: Spotify, 18 jul 2022. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/5e5hIP4Zqyhoy4Aq6rql12?si=y1J9cpNaTiqOoAxxR70rLQ>. Acesso em: 15 maio 2023.

Fórum de segurança pública: segurança em números, 2024.

Disponível em:

<https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/c2423188-bd9c-4845-9e66-a330ab677b56/download>. Acesso em 19 de novembro de 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira. In: Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984, p. 223-244.

IANNI, Octavio. Escravidão e racismo. São Paulo: Hucitec, 1978.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Estatísticas de Gênero: Indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível

em: [https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/03/liv101784\\_informativo.pdf&ved=2ahUKEwjz-dezq6aCAxW4r5UCHTffBZMQFnoECBIQAQ&usg=AOvVaw222CEhFKDlhq-N2mxo6RIa](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://abet-trabalho.org.br/wp-content/uploads/2021/03/liv101784_informativo.pdf&ved=2ahUKEwjz-dezq6aCAxW4r5UCHTffBZMQFnoECBIQAQ&usg=AOvVaw222CEhFKDlhq-N2mxo6RIa).

Acesso em: 16 out. 2023.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Síntese de indicadores sociais: Uma Análise das Considerações de Vida da População Brasileira.

Av. Franklin Roosevelt, 166 - Centro - 20021-120 - Rio de Janeiro, RJ - Brasil.

Instituto Jones dos Santos Neves

Juventude e mercado de trabalho. Vitória, ES, 2016. Disponível em:

[https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/Caderno\\_Juventude\\_04\\_Mercado\\_de\\_Trabalho-.pdf](https://ijsn.es.gov.br/Media/IJSN/PublicacoesAnexos/cadernos/Caderno_Juventude_04_Mercado_de_Trabalho-.pdf). Acesso em 11 Out. 2023.

Jovens e saúde: revelações da pandemia no Brasil 2020-2022 /organizado por André Luiz da Silva Sobrinho, Helena Wendel Abramo e Marisa de Castro Villi – Rio de Janeiro : Fiocruz, 2022.

Disponível em:

[https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos\\_2/e-book\\_jovens\\_e\\_saude\\_revelacoes\\_da\\_pandemia\\_no\\_brasil\\_vf\\_pdf\\_1.pdf](https://portal.fiocruz.br/sites/portal.fiocruz.br/files/documentos_2/e-book_jovens_e_saude_revelacoes_da_pandemia_no_brasil_vf_pdf_1.pdf). acesso em 24 de outras de 2024

LEANDRO, Bianca; SOBRINHO, André; ABRAMO, Helena: Panorama da Situação de Saúde de Jovens Brasileiros, 2022.

MANZANO, Sofia. Economia política para trabalhadores. São Paulo: Instituto Caio Prado Jr., 2013. 24p.( Cadernos do ICP nº 2).ISBN 978-8566538—00-7. Disponível em:

<https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=https://lavrpalavra.com/produto/economia-politica-para-trabalhadores-por-sofia-manzano/&ved=2ahUKEwiNqOvwrKaCAxWLppUCHc0NCmEQFnoECBcQAQ&usg=AOvVaw2k5H1IL5CCpVxAXwB4lOXR>.

Acesso em: 25 abr. 2023.

MORAES, Rodrigo Ferreira de; PINTO, Jaqueline do Nascimento Rodrigues; MAGALHÃES, Benedita Alcides C.S. Estado neoliberal e juventudes. Brazilian journal of Development, Curitiba, v. 6, n. 7, p.10, 2020. ISSN 2525-8761 Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/13042/10954>.

Acesso em: 24 out. 2023.

MOURA, Bruno de Freitas: População de favela é mais negra e jovem que resta do país. In. Agência Brasil Rio de Janeiro, 2024.

Disponível em:

<https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2024-11/populacao-de-favela-e-mais-negra-e-jovem-que-restante-do-pais#:~:text=Quando%20se%20olha%20apenas%20para,0%2C1%25%20das%20favelas>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

MOURA, Clóvis. História do Negro Brasileiro. São Paulo: Ática S.A, 1992.

MOTA, Luzia: A Lei de Cotas gerou uma demanda por políticas que garantisse a permanência e o êxito desses estudantes, não apenas o acesso, 2022.

Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/entrevista/a-lei-de-cotas-gerou-uma-demanda-por-politicas-que-garantissem-a-permanencia-e-o>. Acesso em 20 de nov de 2024.

NUNES, Simone Regina dos Reis; SALVARO, Giovana Ilka Jacinto; RABELO, Giani. Gênero, classe e raça: representações de jovens sobre o mundo do trabalho. Rev. psicol. polít., São Paulo, v. 20, n. 48, p. 433-447, ago. 2020. Disponível em <[http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1519-549X2020000200013&lng=pt&nrm=iso](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-549X2020000200013&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 01 nov. 2023.

PRADO, Ana Carolina da Silva Almeida; SILVA, Carla Regina; SILVESTRINI, Marina Sanches. Juventudes, trabalho e cultura em tempos de racionalidade neoliberal. Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional [online]. 2020, v. 28, n. 2 [Acessado 31 Outubro 2023], pp. 706-724.

Disponível em: <<https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1846>>. Epub 10 Jun 2020. ISSN 2526-8910. <https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoARF1846>.

RAMOS, Marise Nogueira. Conceitos básicos sobre o trabalho. In: FONSECA, Angélica Ferreira; STAUFFER, Anakeila de Barros (Org.). O processo histórico do trabalho em saúde. Rio de Janeiro: EPSJV/Fiocruz, 2007. p. 27-56. (Coleção Educação Profissional e Docência em Saúde: a formação e o trabalho do agente comunitário de saúde, 5). Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/39180/2/O%20Processo%20Hist%C3%B3rico%20-%20Conceitos%20B%C3%AAsicos%20sobre%20Trabalho.pdf>. Acesso em: 13 de out 2023.

Relatório: diagnóstico da juventude / Andrezza Rosalém Vieira,

Giovanna Lima, Samuel Franco. -- Brasília: Enap; Assessoria para

Avaliação de Políticas Públicas, 2022.

RIBEIRO, Marcos Abraão; COSTA, Luciana Machado; RISSO, Sérgio Rangel: As ações afirmativas na educação básica e profissionalizante: cotas no Ensino Médio Integrado do IFFluminense e a necessidade de ampliação da agenda de pesquisa, 2024.

Disponível em:

<https://pp.nexojournal.com.br/opiniaio/2024/04/26/as-aco-es-afirmativas-na-educacao-basica-profissionalizante-as-cotas-no-ensino-medio-integrado-do-iffluminense-e-a-necessidade-de-ampliacao-da-agenda-de-pesquisa>. Acesso em 20 de novembro de 2024.

ROCHA, Vanderlei Cardoso da; CORONA, Jefferson Bruno. CRISE CAPITALISTA E JUVENTUDE: as políticas públicas de inserção para jovens no

mercado de trabalho na contemporaneidade. Maranhão: cidade universitária da Universidade Federal do Maranhão, 2013. Disponível em:

[https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/crisecapitalistaejuventude.pdf&ved=2ahUKEwjVh5SyrqaCAxW6HrkGHdXzCTEQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw2U5iMnGbXgoBqJe0MTy\\_NV](https://www.google.com/url?sa=t&source=web&rct=j&opi=89978449&url=http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2013/JornadaEixo2013/anais-eixo7-questoesdegeneroetniaegeracao/pdf/crisecapitalistaejuventude.pdf&ved=2ahUKEwjVh5SyrqaCAxW6HrkGHdXzCTEQFnoECBYQAQ&usg=AOvVaw2U5iMnGbXgoBqJe0MTy_NV). Acesso em: 02 jul. 2023.

Saviani, Dermeval: Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos.

Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação , São Paulo, Brazil. Rev. Bras. Educ. 12 (34) • Abr 2007 •

Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1413-24782007000100012>. Acesso em 24 de outubro de 2024.

TAVARES, Viviane. Força de trabalho mais barata do mercado é a jovem. [Rio de Janeiro, RJ]: EPSJV/FIOCRUZ, 2021 atualizado em 2022. Disponível em:

<https://www.epsjv.fiocruz.br/noticias/reportagem/forca-de-trabalho-mais-barata-do-mercado-e-a-jovem>. Acesso em 19 out. 2023.